

# Sumário

Número de notícias: 36 | Número de veículos: 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Tensão nas ruas ameaça recuperação econômica - MERCADO S/A..... 4

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reforma dos impostos pode ir para a gaveta - BRA\$IL EM FOCO..... 6

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SEGURIDADE SOCIAL

Para retomar os investimentos públicos e o PIB - RAUL VELLOSO..... 9

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
SEGURIDADE SOCIAL

Safra tem lucro de R\$ 1,128 bilhão no primeiro semestre..... 10

PORTAL UOL - NOTÍCIAS  
SEGURIDADE SOCIAL

O tenentismo de 1922 e o general-coronelismo de 2021..... 11

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Empresários querem que presidente mire retomada, não o STF..... 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Discurso pode estender escalada da inflação até 2022, dizem analistas..... 15

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Piora do cenário político vai pesar sobre economia, diz Mendonça de Barros..... 17

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Colômbia aprova reforma que eleva carga tributária..... 18

FOLHA DE S. PAULO - SP - MUNDO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Patriotismo autoritário de direita tem elos com 11 de Setembro..... 19

O GLOBO - RJ - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Câmara acelera propostas do Senado para Código Eleitoral..... 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
ECONOMIA

Ninguém fechará esta corte, avisa Fux..... 22

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL  
ECONOMIA

Bolsonaro pede a abertura de estradas..... 24

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Crise eleva riscos e piora expectativas..... 27

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO  
ECONOMIA

Basta de autoritarismo (Editorial)..... 30

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER  
ECONOMIA

Reação é insuficiente para conter ímpeto golpista no Planalto..... 31

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER  
ECONOMIA

O golpe já foi, vai ser ou está sendo? (Artigo)..... 33

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Ameaças travam acordo com Judiciário por Bolsa Família e precatórios..... 34

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

O peru de Natal podre de Bolsonaro - VINICIUS TORRES FREIRE..... 36

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Caminhoneiros bloqueiam estradas durante protestos em 15 estados..... 37

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Alta de preços em países ricos ameaça emergentes, afirma BC..... 39

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Desinflacionar a economia não será fácil - SOLANGE SROUR..... 40

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA  
ECONOMIA

"Ninguém fechará esta Corte. Nós a manteremos de pé"..... 43

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Tensão política faz Bolsa despencar 3,78%; dólar sobe 2,89% e vai a R\$ 5,32..... 45

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Como produzir crises e esconder problemas - CELSO MING..... 46

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Inflação mais alta nas principais economias (Editorial)..... 47

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Com crise, Congresso deve segurar reformas..... 48

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Mercado teme novas manobras fiscais..... 50

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Especialistas debatem cenário econômico..... 52

O GLOBO - RJ - POLÍTICA  
ECONOMIA

O tom de Lira e Aras..... 53

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Mercado desaba após 7 de setembro..... 54

---

Quinta-Feira, 9 de Setembro de 2021

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

O sujeito do golpe é o chefe da Nação - MÍRIAM LEITÃO ..... 55

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Após discurso, solução para precatórios emperra ..... 56

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Citi reduz alta do PIB de 2022 para 1,5% ..... 57

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
ECONOMIA

Empresários veem Bolsonaro mais isolado e retomada econômica distante ..... 58

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL  
ECONOMIA

Crise hídrica nos Andes ameaça economias da América do Sul ..... 59

# Tensão nas ruas ameaça recuperação econômica - MERCADO S/A



AMAURI SEGALLA

A piora do ambiente político representa uma afronta à economia brasileira. O mau humor do mercado - ontem, o Ibovespa despencou 3,78%, o maior tomo em seis meses - é apenas um aperitivo dos estragos que a instabilidade provocará daqui por diante. Quem ficará confortável em investir em um país que está sob ameaça de ruptura institucional, com manifestantes tentando invadir o Ministério da Saúde e caminhoneiros bloqueando a passagem nas estradas? Ninguém sério, reconheça-se. O futuro preocupa. "É muito difícil imaginar um cenário, nos próximos 15 meses, em que os ativos brasileiros possam apreciar, porque a economia não está melhorando, o presidente já deixou claro que a transição de poder pode ser muito complicada e o mercado tem que endereçar esse elefante na sala", disse em live Roberto Attuch, fundador e CEO da OHM Research. Repare: Attuch falou em 15 meses, a distância que nos separa de 2023.

Mercado chama estragos de BolsonaroDay

O mercado financeiro não perdeu tempo para classificar os estragos na Bolsa e no dólar: BolsonaroDay. O termo foi criado por Alfredo Menezes, sócio e CEO da Armor Capital e experiente especialista em operações monetárias e cambiais. "É preciso ter nervos de aço para operar no Brasil", disse. "Tivemos JoesleyDay, CoronaDay, PetroDay e agora BolsonaroDay". O que fazer em um ambiente tão crítico? "Ter parte do patrimônio em moeda forte acaba sendo um seguro em um país com volatilidade."

Comércio de produtos usados acelera na crise

A crise econômica e os novos hábitos de consumo impulsionaram o mercado de produtos usados. De acordo com levantamento do Sebrae, feito a partir de dados da **Receita Federal**, a abertura de negócios que vendem itens de segunda mão cresceu 48% na comparação entre os primeiros semestres de 2020 e 2021. De janeiro a junho deste ano, surgiram 2.103 empresas que atuam nesse ramo - a maioria delas enquadra-se na categoria microempreendedor individual (MEI).

Roupas são os principais artigos negociados. Número de investidores na Bolsa se aproxima de 4 milhões

Apesar do fraco desempenho do Ibovespa em 2021, a Bolsa brasileira continua a atrair novos investidores. Em agosto, o número de pessoas físicas na B3 chegou a 3,9 milhões, um avanço de 21% sobre um ano atrás. Chama atenção também a maior participação feminina. Desde 2020, o total de investidoras aumentou 29%, ritmo maior do que o dos homens (18,5%). Resta saber se a Bolsa continuará a sua escalada. Com o novo ciclo de alta dos juros, a renda fixa voltou a ser uma aposta interessante.

"Teremos que conviver com energia substancialmente mais cara, fenômeno que eleva os custos de produção e consome a renda das famílias, em ambos os casos deprimindo o crescimento" Alexandre Schwartzman, economista

22%

foi quanto caiu a produção de veículos em agosto em relação ao mesmo mês de 2020, segundo balanço da Anfavea, associação que representa as montadoras. A

queda se deve, principalmente, à falta de peças.

#### Rapidinhas

Bill Gates dobrou a aposta no setor de turismo. Sua empresa de investimentos, a Cascade Investments, assumiu o controle do grupo hoteleiro Four Seasons. Gates vai pagar US\$ 2,2 bilhões ao príncipe saudita Alwaleed bin Talal para aumentar a sua participação no negócio de 47,5% para 71,25%. O fundador da Microsoft investe na rede desde 1997.

A Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) recomendou a aprovação da fusão entre as locadoras de automóveis Localiza e Unidas. Como o mercado temia parecer contrário, as ações das empresas dispararam ontem, enquanto o mercado sofria. Os papéis subiram 8% (Localiza) e 7% (Unidas).

Um estudo realizado pela Universidade de Chicago mediu a quantidade de horas trabalhadas em casa antes e durante a pandemia. De abril a dezembro do ano passado, no auge da crise do novo coronavírus, metade do expediente nos Estados Unidos foi realizada em home office. Entre 2017 e 2019, o índice sequer chegava a 10%.

O Aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, foi o 32º mais movimentado do mundo em 2020, segundo dados do Conselho Internacional de Aeroportos, com 20,3 milhões de passageiros transportados. Na América Latina, só ficou atrás do Benito Juárez Airport, na Cidade do México. No mundo, a liderança ficou com o aeroporto Guangzhou Baiyun, na China.

# Reforma dos impostos pode ir para a gaveta - BRASIL EM FOCO

**MARCÍLIO DE MORAIS**

(5A elevação do acirramento político em Brasília não encobre um mundo real que pressiona por soluções urgentes, mas que com a crise se tornam distantes, ou pior, com o risco de serem tomadas de afogadilho e gerarem mais problemas do que propriamente equacionamentos definitivos de questões que assombram o país. Uma delas diz respeito a uma reforma que simplifique o emaranhado de **tributos**, seja neutra do ponto de vista da carga tributária, e promova equilíbrio maior entre arrecadação e capacidade contributiva. Mas a proposta enviada pelo Ministério da Economia e aprovada pela Câmara dos Deputados é insuficiente para contemplar todos esses aspectos, seja por ter sido gestada na **Receita Federal** - visão de quem arrecada -, seja por ter sido aprovada de forma acelerada - sem debates com a sociedade - ou ser feita de forma fatiada, praticamente desprezando propostas em discussão no Congresso há mais de dois anos.

A expectativa é de que **reforma tributária** do governo enviada ao Congresso e batizada de reforma do Imposto de Renda - o que mostra seu foco - seja analisada no Senado, que, diante das críticas feitas ao projeto que saiu da Câmara, deva analisar por mais tempo e de forma mais minuciosa o projeto endossado pelos deputados. Há quem espere, inclusive, que seja dada a ela o mesmo destino da reforma trabalhista, que foi aprovada pela Câmara e derrubada em plenário pelos senadores. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-Mg) suspendeu as sessões das comissões e da Casa nesta semana. Quando o Senado retomar os trabalhos, na semana que vem, poderá iniciar, ou não, a análise da reforma do Imposto de Renda, uma vez que há outra proposta tramitando na Casa.

"Da forma como foi aprovada, sem um estudo prévio, essa reforma traz muitos problemas", diz o advogado e mestre em direito tributário Ricardo Fernandes. Observando o aspecto positivo de se elevar a faixa de isenção da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física dos atuais R\$ 1.903,98 para R\$ 2.500,00 mensais, o que favorece os contribuintes de baixa renda, Fernandes lembra que a classe média pagará mais **impostos**. Primeiro porque a correção para as outras faixas da tabela do IR é muito menor e pouco perceptível e segundo porque em contrapartida ao

aumento da isenção na tabela, o governo reduziu o desconto da declaração simplificada de R\$ 16.754,34 ao ano para R\$ 10.56360. "Com isso, só compensa fazer a simplificada para quem recebe até R\$ 52.818,00, enquanto antes era vantagem para que recebesse até pouco mais de R\$ 80 mil. Há uma oneração para esses contribuintes", observa Fernandes, que também é professor de direito empresarial e planejamento tributário do Instituto Mauá de Engenharia.

Ele lembra ainda que além de afetar o contribuinte pessoa física, a proposta ainda vai gerar encarecimento do crédito, com o fim da dedução dos juros sobre capital próprio, e vai levar a um processo de "pejotização", com pessoas que recebem dividendos abrindo empresas em nome de outros para se enquadrar no limite de isenção de R\$ 4,8 milhões, mantido para empresas optantes do Simples Nacional e para empresas fora desse regime e tributadas com base no lucro presumido. "A intenção do governo é que o dinheiro dos dividendos fique no caixa das empresas para gerar investimentos e empregos, mas o dinheiro vai para onde ele tiver melhor rentabilidade e não por imposição", diz Fernandes.

Embora considere que a reforma como está, não passe no Senado, ele acredita que com a aprovação do projeto possa haver um aumento da DDL, ou distribuição disfarçada de lucros. Ou seja, os contribuintes continuarão se valendo de ferramentas para escapar da tributação. Por hora, no calor das manifestações do 7 de Setembro, é esperar para ver qual a solução tributária será adotada, porque para todos os outros problemas reais, como dólar caro, **inflação** - com preços de combustíveis, gás, alimentos e energia disparando -, perspectiva de racionamento, aumento do desemprego e da miséria, não há nenhum projeto ou medida do governo sendo avaliada.

## PREMIADA

Pelo oitavo ano consecutivo, a BMC foi considerada como empresa líder em ferramentas de gerenciamento de serviços de tecnologia da informação (GSTI) pelo Quadrante Mágico do Gartner, que produz relatórios que representam as organizações de destaque no cenário tecnológico mundial, com as empresas de TI classificadas em quatro critérios: Líderes, competidoras de nicho, visionárias e desafiante.

## ENERGIA

A mineira Companhia Energética Integrada (CEI) anunciou ontem a criação de uma joint venture com a Nebras Power Investment Management BV, afiliada da Nebras Power QPSC, empresa de investimentos em energia do Qatar. O objetivo da nova empresa é desenvolver, gerenciar e operar projetos de energia hidrelétrica e solar no Brasil. Hoje, são 18 hidrelétricas com potência de 72MW e mais de 13GW em projetos fotovoltaicos.

**Site:** <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

## CÂMBIO

R\$ 8,63

**BILHÕES**

É o resultado positivo do Banco Central com os contratos de swap pelo critério caixa no acumulado do ano até 3 de setembro.

# Para retomar os investimentos públicos e o PIB - RAUL VELLOSO

**RAUL VELLOSO**

Nada como o acirramento da atual crise político-pandêmica- econômica, que pode inclusive abalar as bases da atual administração do País, para nos levar a rever o principal problema econômico que nos vem afligindo há bastante tempo, e buscarmos seu equacionamento, de forma a termos pelo menos uma das dimensões da atual e gigantesca crise resolvida. Causa angústia ver como, acompanhando a derrocada dos investimentos públicos, ponto focal da crise, a taxa de crescimento do **PIB** tenha desabado tanto, e pouco se tenha discutido de forma consistente como reverter a falta de espaço financeiro para investir nos governos. Só assim poderemos retomar o crescimento dos empregos à medida que a pandemia se dissipe.

É preciso mostrar que, como no Brasil é muito difícil substituir o investimento público pelo privado, que sofre perseguição de todos os lados, a saída é atacar de frente o item que mais tem crescido nos orçamentos públicos nos últimos anos, ou seja, os gastos em previdência nas várias instâncias, enquanto melhora o ambiente para o privado.

Como esse tipo de gasto é sagrado, a receita de sempre é pagar a conta adicional, aprovar alguma medida periférica de ajuste ou de efeitos muito demorados, como uma reforma padrão de regras, e rezar para que funcionem.

Só consegui levantar dados para 2006-17, mas, mesmo considerando somente esse período, constatei que, descontando a **inflação**, e fazendo base em 2006, o gasto da previdência no conjunto dos Estados cresceu 93% acima da **inflação**; no **INSS**, 80%; na previdência própria da União, 46%; enquanto o **PIB** real crescia apenas 23%. E todos os estudos atuariais que tenho visto mostram uma forte tendência à deterioração nos anos à frente, algo que, de fato, está acontecendo. Ou seja, sem fazer nada, não haveria como ter espaço para investir e fazer o **PIB** crescer, algo obviamente insustentável para um país com as carências do nosso.

Concentrando nas previdências próprias, a saída básica, então, é atacar frontalmente o problema previdenciário, buscando equacioná-lo, de forma a abrir espaço para os investimentos se expandirem e a economia brasileira entrar em um círculo virtuoso.

No tocante ao ajuste previdenciário, são três as linhas gerais de atuação das políticas a serem seguidas na área. A primeira é a aprovação de uma reforma de regras para valer, algo mais profundo do que se fez em 2019. A segunda é o aporte e monetização de ativos e recebíveis em geral em fundos criados para fechar a conta do financiamento dos fluxos de déficits previdenciários, durante a vida útil do regime em causa. E, por último, a busca de maior retorno nas aplicações financeiras da própria entidade.

Numa palavra, trata-se de zerar o desequilíbrio do regime previdenciário acaso existente ao longo de "x" anos, ou seja, em que, dados os fluxos futuros de despesas conforme as regras existentes, novas receitas ocorram tanto de uma vez só, como no caso do aporte de imóveis, como ao longo de um período rumo ao futuro, como no caso de ativos financeiros, sem importar quão longo esse seja, pois "securitizações" ou antecipações de seu recebimento via operações de mercado são sempre possíveis.

O grande drama, aqui, é que há atores importantes nesse processo que se mostram, ainda que de forma velada, fortemente contrários à estratégia de aportar ativos, algo que, obviamente, diante da elevada dimensão do problema, dificulta consideravelmente a sua solução. Tais atores preferem que o ente público com o problema a resolver simplesmente calcule e aplique uma contribuição extraordinária de grande monta que zere o passivo atuarial, mas que tenha origem nas próprias contas tradicionais dele mesmo, por mais exauridas que estejam. E que se dane o seu gestor para dar conta das várias missões que seu ente normalmente terá. Isso simplifica muito o processo, mas impõe um ônus normalmente insustentável para os seus administradores.

Ou seja, temos de atacar o problema básico por todos os lados possíveis, sem o que o País não mais crescerá.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Safra tem lucro de R\$ 1,128 bilhão no primeiro semestre

**Álvaro Campos**

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187001?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187001?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187001?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187001?page=1&section=1)

# O tenentismo de 1922 e o general-coronelismo de 2021

## *Especial para o UOL*

O tenentismo foi um movimento de oficiais de baixa patente que visava à modernização do país, ao fim das oligarquias rurais ( o coronelismo ), ao voto secreto, com o fim do voto de cabresto , à reforma do sistema educacional.

Os tenentes tinham um ideal modernizador para o Brasil.

Além deles, havia também, um desejo mais obnubilado de recuperação do poder pelos militares, que haviam pontificado na proclamação da República com os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, a República da Espada. Pouco a pouco os proprietários rurais, sobretudo a turma do café, e o acordo café com leite entre políticos de São Paulo e Minas Gerais, foram os afastando do poder.

O tenentismo também representou os ideais da população que se incorporou ao processo de urbanização, sobretudo a classe média, que se afirmava economicamente, e se opunha aos desmandos conservadores da cultura política das oligarquias rurais.

Na verdade, começou em 1921 com a articulação de um candidato de oposição, Nilo Peçanha, que foi derrotado pelo representante dos ruralistas Artur Bernardes pela diferença de cerca de 150 mil votos.

A vitória de Bernardes induziu a Revolta dos 18 do Forte, em Copacabana, no Rio de Janeiro, e as revoluções de 1923, no Rio Grande do Sul, e 1924, em São Paulo, resultando na Coluna Prestes que percorreu cerca de 24 mil quilômetros pelo país, pregando uma nova forma de condução do governo.

Embora derrotados, incutiram um novo ideal no país, que se consolidou com a Revolução de 1930 com Getúlio Vargas, aproveitando a quebra da política café com leite, quando Washington Luís quis impor Júlio Prestes, com a desculpa de que São Paulo precisava mais de um presidente, por conta da crise do café ocasionada pela quebra da Bolsa de Nova York em 1929.

Os tenentistas apoiaram a Aliança Liberal de Getúlio Vargas em 1930, e foram aquinhoados por ele com as

interventorias de vários estados brasileiros.

Em 1945 atuaram pela deposição de Vargas. Foram envolvidos pelos ideais dos militares americanos com o pós-guerra e a aproximação do presidente da República, general Eurico Gaspar Dutra com os EUA. Voltaram em 1964 com o estabelecimento do regime militar.

Entre eles estavam os tenentistas Cordeiro de Farias, Ernesto Geisel, Eduardo Gomes, Castelo Branco, Juraci Magalhães, Juarez Távora e Emílio Garrastazu Médici - quando chegaram ao poder pessoalmente. Ou seja, o tenentismo foi movimento que durou até 1964, no seu cerne, mantendo o conservadorismo social e político, mas não abandonou o projeto desenvolvimentista de industrialização expressos nos Planos Desenvolvimento Nacional -PNDs.

De acordo com levantamento do TCU (2020) são 6.157 os militares que fazem parte do governo Bolsonaro em cargos civis cedidos. Desse total, 2643 estão em cargos comissionados em vários órgãos, mais 1969 destacados para atuar no **INSS**, 642 na área da saúde, 197 na área da educação.

Os generais e coronéis sobressaem em termos de força e poder.

Não é o Exército, não são as Forças Armadas no seu todo, são militares com cunho governista e apoiadores do presidente da República, em sua grande maioria.

A maioria na Forças Armadas não defende ações que contrariem à Constituição, ao contrário.

O que ocorre é que o grupo acima citado está colaborando, parte inconscientemente, com um projeto exatamente na direção contrária à modernização do Estado e da sociedade brasileiros, defendendo pautas que vão na direção contrária do tenentismo, no sentido de propiciar ao Brasil um país mais coletivo.

Os tenentistas buscavam uma reforma educacional para ampliar o conhecimento e habilidades dos brasileiros, o inverso do que o atual ministro da Educação procede. Os generais e coronéis do governo, em cargos civis, buscam a predominância do indivíduo sobre as instituições, do individual sobre o comunitário.

É um equívoco grave, que pode levar a um estado pré-hobbesiano de todos contra todos, cada um por si, conforme o respectivo interesse. Um general afirmou que podia participar por ser um indivíduo. Não é assim. Quando se está na ativa, armado, com a prerrogativa do monopólio da violência legal, não se é um indivíduo comum da sociedade - se é um agente público do Estado. De uma carreira que, ao ser escolhida, já tem as regras de conduta determinadas. A segue quem quer, dentro das condições.

Em parte, os militares em cargos civis dentro do governo apreciaram o retorno ao poder, depois de 1964-1985. Importante notar que 73% da população, hoje, defende com ardor a democracia e o império da Constituição.

As instituições estão acima do indivíduo que, ao aceitar viver em uma Nação, se propõe a respeitar o pacto social contemplado pela mesma Constituição, que lhe serve, inclusive, de segurança pessoal e familiar contra qualquer risco alheio.

O general-coronelismo dos militares que estão em cargos civis do governo pode remeter a uma involução da sociedade brasileira, onde a civilização foi uma forma anuída de se conviver pacificamente em sociedade. Incluindo divergências políticas, ideológicas e religiosas.

O ponto comum entre tenentes de 1922 e generais e coronéis de 2021 é o autoritarismo, vício profundo da cultura brasileira. Da esquerda à direita.

Uma herança do coronelismo rural de 1922, ainda não superada.

Uma forma de impor normas e procedimentos sob os auspícios de um Leviatã onisciente, que olha a população de cima para baixo. Um erro fatal, que não deu certo.

**Site:**

**<https://noticias.uol.com.br/opinia/coluna/2021/09/09/o-tenentismo-de-1922-e-o-general-coronelismode-2021.htm>**

# Empresários querem que presidente mire retomada, não o STF



O presidente Jair Bolsonaro (de azul claro) cumprimenta manifestantes durante ato na terça-feira (7), na avenida Paulista (SP) Ilustração: Tassilo/Redes

**Daniele Madureira**

O alto executivo de uma das maiores redes de varejo do país se disse "horrorizado" com o discurso do presidente da República, Jair Bolsonaro, no 7 de Setembro. O ataque às instituições, com destaque para o STF, não contempla em nada o interesse no povo brasileiro, afirmou.

Na opinião desse executivo, era preciso discutir **inflação**, desemprego, fome, para fazer a economia voltar a girar, não as decisões de um ministro do STF - no caso, Alexandre de Moraes--, que dizem respeito a interesses particulares do presidente.

Para ele, o pronunciamento do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), nesta quarta-feira (8), a respeito de Bolsonaro, não enquadrou o presidente como deveria. Ao contrário, Lira foi "vaselina", disse. Já o ministro do STF, Luiz Fux, foi mais "contudente".

Fux defendeu que "ninguém fechará" a Corte brasileira e que o desprezo a decisões judiciais por parte do chefe de qualquer poder configura crime de responsabilidade. Já Lira se limitou a defender a "pacificação" entre os Poderes e disse que o país tem compromisso com as urnas eletrônicas em outubro de 2022, em referência às próximas eleições do Executivo.

Pela Constituição, cabe ao presidente da Câmara dar início ao processo de impeachment. Mas Lira, até agora, não deu indícios de analisara mais de uma centena de pedidos de impeachment feitos contra Bolsonaro.

Quando lhe foi perguntado se o empresariado

brasileiro vai pressionar pela saída de Bolsonaro, o executivo disse já começou uma movimentação desse tipo: os empresários começam a acionar deputados e senadores próximos, que sejam "do seu relacionamento", para avaliar se vale a pena abrir um processo de impeachment.

O executivo disse que, neste mês, quando as empresas começam a traçar o planejamento para 2022, um episódio como o do 7 de Setembro deixa tudo em "stand-by". Segundo ele, grandes investimentos e contratações ficam em suspenso e o empresariado "vai empurrando com a barriga".

Já o alto executivo de um grande banco de varejo afirmou que está havendo uma verdadeira corrida das empresas para se capitalizar ainda neste ano ou, no máximo, até o Carnaval. A partir de então, disse o executivo, as empresas têm muitas dúvidas sobre o que pode acontecer com a economia do país e não querem enfrentar o momento descapitalizadas.

O sentimento entre as companhias, afirmou, é o mesmo desde o início da pandemia: necessidade de formar caixa diante de um futuro nebuloso.

As grandes empresas têm voltado a captar mais recursos no mercado de capitais via emissão de títulos de dívida, venda de ações ou até mesmo operações de IPO primário (quando o dinheiro da oferta pública inicial de ações vai para a companhia).

A volatilidade política está acelerando este momento no mercado de capitais, disse ele.

Já o presidente da companhia aérea Latam Brasil, Jérôme Cadier, destaca que, neste momento, muitas fronteiras estão fechadas para brasileiros devido à reputação do Brasil no exterior, não necessariamente devido à pandemia.

"A instabilidade institucional aumenta a insegurança jurídica e o risco Brasil, trazendo danos à imagem do país", diz Cadier. "A gente precisa de uma agenda que ajude o país a crescer, a olhar para a frente, a construir algo", diz ele, afirmando que o Brasil hoje tem dificuldades em visualizar uma agenda positiva.

Para Cadier, equilíbrio e calma no ambiente institucional são fundamentais para inspirar confiança,

dentro e fora do país. "Tem que ter foco em crescimento, geração de emprego, retomada da economia, principalmente agora, com a pandemia começando a estar sob controle."

Um alto executivo do setor de shopping centers afirma que a fala de Bolsonaro não ajuda em nada a retomada, mas que o ministro Alexandre de Moraes também leva o caso para "o lado pessoal".

Na opinião desse executivo, o presidente ainda lança "bravatas" porque quem quer atacar ataca logo, não fica na ameaça. Para dele, tanto Bolsonaro quanto Moraes agem como "garotos" em "briga de colégio", desprezando os cargos e poderes que representam.

Enquanto isso, afirma, o Brasil navega em "águas turvas", "sem controle", com diversos problemas se acumulando: dólar alto, combustíveis e **inflação** em ascensão, crise hídrica, **reforma tributária** "ruim".

Com décadas de experiência no varejo, o executivo da rede varejista ouvido pela Folha relembra o processo de impeachment de Fernando Collor de Mello, em 1992. Ele classificou o episódio como "terrível", lembrando o momento de incerteza.

Mas, para ele, em compensação, hoje as instituições estão mais sólidas e impedem mudanças bruscas nos direitos e na vida do cidadão comum. Para esse executivo, o momento é "desesperador", mas Bolsonaro "também passa".

**Site:** <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

# Discurso pode estender escalada da inflação até 2022, dizem analistas

**Eduardo Cucolo**

A crise política e os desdobramentos econômicos provocados pelo discurso com ameaças autoritárias de Jair Bolsonaro no 7 de Setembro afetam as expectativas dos economistas para 2022.

A visão é que o aumento da incerteza, traduzido nesta quarta (8) pela queda na Bolsa e pela alta dos juros futuros e do dólar, já adia investimentos, inibe contratações, trava a agenda de reformas econômicas e pode estender a escalada inflacionária por mais tempo.

O impeachment, no entanto, ainda é visto por alguns analistas como uma solução que pode deteriorar ainda mais o cenário econômico.

"É uma situação econômica bastante grave, e uma parte dela é explicada por esse ambiente de incerteza trazida pelo presidente", diz William Baghdassarian, economista do Ibmec Brasília.

Baghdassarian afirma que a diferença entre um dólar abaixo de R\$ 5,00 e o patamar atual de mais de R\$ 5,30 ou de uma Bolsa acima de 140 mil pontos e os atuais 113 mil do Ibovespa pode ser explicada pelo ambiente de conturbação política provocada pela fala do presidente da República.

"Muita gente acha que são só palavras vazias, mas a palavra do presidente já impactou o ambiente econômico. Parece que são só bravatas e que não vai acontecer nada, mas já está acontecendo."

Rafaela Vitória, economista-chefe do Inter, diz que a questão política traz mais incertezas em relação ao debate sobre o Orçamento de 2022 e como equacionar a questão dos precatórios e a proposta do governo de reajuste e substituição do Bolsa Família, temas que dependem do Congresso.

Ela afirma que o movimento do mercado nesta quarta reflete um ajuste em carteiras de investimento, mas que, se essa tendência persistir, principalmente no caso do câmbio, pode resultarem uma **inflação** um pouco mais alta.

Para a economista-chefe do Inter, a abertura de um processo de impeachment, no entanto, traria ainda

mais incertezas e mais volatilidade no mercado.

"Uma moderação nos discursos pode contribuir para que a gente tenha uma discussão sobre o fiscal mais ponderada. Muito dessas variáveis, juros e **inflação** via câmbio, é resultado de uma percepção maior de risco. Uma moderação dos discursos entre os Poderes pode reduzir a temperatura do mercado", afirma.

"A gente vinha em um ano de discussões sobre reformas importantes para a economia, **reforma tributária**, administrativa. Essas discussões políticas acabam interferindo e geram mais incerteza para o cenário econômico em 2022. Acho que a gente vai retomar a discussão de reformas somente em 2023."

Leonardo Milane, sócio e economista da VLG Investimentos, diz que os discursos do presidente na terça (7) contribuíram para que a confiança dos agentes econômicos se deteriorasse ainda mais.

"Foi uma sinalização bem ruim, com o discurso e as ameaças que ele [Bolsonaro] fez. O empresário acaba engavetando projetos, adiando investimentos, contratações. Confiança é tudo no ambiente econômico, e parece que os planos de reeleição estão se sobrepondo aos interesses comuns de todos" afirma.

Milane diz que o ambiente também cria uma espiral negativa para o investimento doméstico de risco/retorno alto, como a renda variável, e que o dinheiro da Bolsa e dos fundos multimercados vai para renda fixa.

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

## Inflação global pode levar a aperto monetário e fuga de capital estrangeiro em emergentes

Em US\$ bilhões



Preços aceleram em economias avançadas

**Inflação ao consumidor\*, em %**

EUA	5
Zona do Euro	2
China	1,3
Brasil	8,06

\*Acumulada em 12 meses até maio  
Fonte: Ipea, IBGE e Banco Central

# Piora do cenário político vai pesar sobre economia, diz Mendonça de Barros

*Lucinda Pinto e Ana Conceição De São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187001?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187001?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187001?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187001?page=1&section=1)

# Colômbia aprova reforma que eleva carga tributária

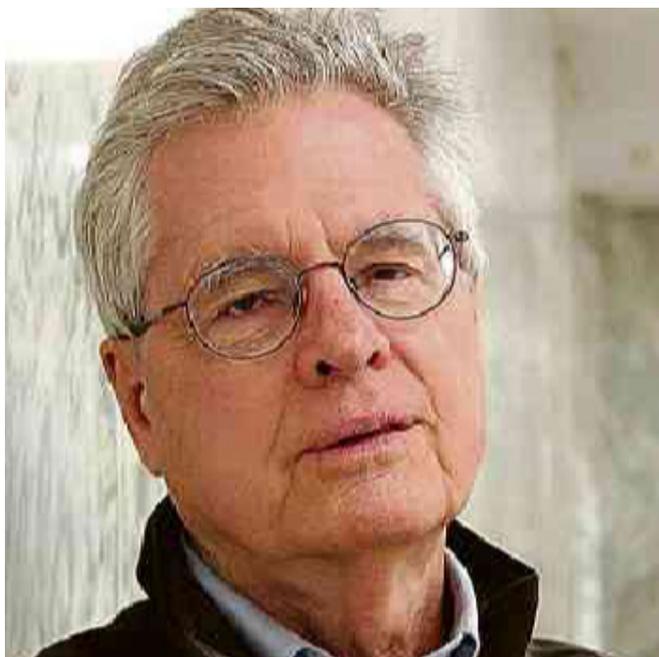
Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187001?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187001?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187001?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187001?page=1&section=1)

# Patriotismo autoritário de direita tem elos com 11 de Setembro



Uma onda de patriotismo tomou os EUA logo após os ataques do 11 de Setembro. Bandeiras americanas passaram a figurar com mais força nos jardins de casas, e diversos políticos exaltaram a união nacional como forma de superar a dor e o choque pelo atentado terrorista que matou quase 3.000 pessoas.

Em seguida, o então presidente George W. Bush usou o fervor nacionalista de tons religiosos para justificar a invasão do Afeganistão e lançar uma guerra ao terror, o que dividiu a onda patriótica em dois grupos: um considerava inquestionável a necessidade de partir para o confronto, sem se importar com as consequências, e outro condenava o uso do amor ao país como combustível para ataques no exterior.

Essas duas formas de patriotismo estão presentes até hoje nos EUA, afirma à Folha John Bodnar, historiador e autor de "Divided by Terror - American Patriotism after 9/11" (divididos pelo terror - patriotismo americano depois do 11/9, sem edição no Brasil). E uma delas é usada pela extrema direita para defender liberdades individuais em vez do bem coletivo, em um processo que tem gerado um patriotismo antidemocrático, focado no individualismo, que ameaça a existência do próprio governo.

Qual a situação do discurso patriótico hoje nos EUA? Está em crise, porque há uma versão de direita do patriotismo que é mais militarista e baseada na noção

de liberdade individual. Não há nada errado com a liberdade individual, mas qualquer coisa pode ser ruim se levada ao extremo e, nesse caso, acaba gerando indiferença ao sofrimento dos outros. Vemos muitos movimentos surgindo no mundo, de patriotismos de extrema direita em torno de questões como migrações, genocídios, limpeza étnica etc.

Há duas correntes rivais de patriotismo que ganharam força após o 11 de Setembro, embora já existissem antes. Uma é a do tipo disposta a virar as costas para o bem de todos em troca de liberdade individual, e a outra é mais empática e busca promover uma nação concentrada em atingir o bem comum.

Como o senhor avalia o uso de símbolos nacionais por grupos de extrema direita? Há ameaças na medida em que eles são capazes de causar grande violência e danos. A extrema direita é mais perigosa hoje, porque tivemos, desde o 11/9, a vinda para o campo principal de políticos conservadores de direita, que são mais tolerantes com a extrema direita e menos dispostos a contestá-la. Assim, os valores da extrema direita já não estão mais tão distantes do que costumavam ser.

[O ex-presidente] Donald Trump tentou buscar o apoio de grupos extremistas de direita e foi relutante ao tomar posição contra o ódio, o antissemitismo e o racismo. E também compartilhava com eles sentimentos antigoverno. Trump era a favor de buscar meios de não pagar **impostos**. E isso leva a ideias como as de que o governo não merece receber recursos ou que vai tirar sua liberdade individual. É um patriotismo antigoverno e antidemocrático. No extremo, seria fascismo.

Que outras ameaças isso gera? Há um grande movimento político que mimetiza algumas atitudes e visões da extrema direita, o que faz com que haja uma ameaça antidemocrática, como na invasão do Capitólio, e com que as pessoas se tornem mais tolerantes ao racismo e ao sexismo. O governo do Texas acaba de tirar o direito ao aborto das mulheres, por exemplo.

Vejo a extrema direita se infiltrando de uma forma que tornará as atitudes antidemocráticas mais persistentes na política americana. Elas parecem mais focadas em não querer que ninguém diga a elas o que fazer em vez de pensar num governo para todas as pessoas.

Como a retirada do Afeganistão impactou o patriotismo nos EUA? Uma parte da população não está confortável com a ideia de que não houve vitória. De muitas formas, o patriotismo nas guerras está ligado à vitória, não a uma retirada. Um bom número de veteranos está incomodado, não só porque não houve nada para mostrar pelos seus anos de serviço e sacrifício, mas porque não fomos capazes de resgatar milhares de afegãos que trabalharam com os militares americanos lá. Ouvir que veteranos estão tentando agir por conta própria para tentar resgatá-los me lembrou da ideia de companheirismo.

Mas estamos vendo no momento um patriotismo baseado principalmente no forte senso de companheirismo que eles sentem entre si, o que é compreensível. Não estou tão certo de que seja um patriotismo baseado em algum dos grandes ideais da cultura política americana.

Por exemplo, em um dos discursos mais famosos da história americana, [o ex-presidente] Abraham Lincoln foi até o campo de batalha de Gettysburg, durante a Guerra Civil, e refletiu sobre por que todos aqueles homens tinham que morrer. Ele disse que nós podemos justificar o sacrifício deles ao continuar trabalhando para preservar um governo das pessoas, feito pelas pessoas e para as pessoas.

O argumento era que a nossa obrigação patriótica teria de ter raízes em um compromisso para construir uma sociedade melhor, mais democrática e tolerante. Mas o que estamos vendo agora é mais um patriotismo de companheirismo, não o que Lincoln tinha em mente quando falou de se sacrificar e morrer pelo país.

Após o 11/9, o patriotismo foi usado como forma de lidar com o trauma dos ataques. Mas na maior tragédia a atingir os EUA recentemente, a Covid, ele teve pouco espaço. Por quê? O patriotismo foi usado pela direita, mas como defesa da liberdade individual às custas do bem comum. Isso estava por trás da retórica de Trump de "não se preocupe com a vacina, em usar máscaras ou sobre as pessoas morrendo". O que Trump fez durante seu mandato foi basicamente apoiar as pessoas que não têm empatia. Ele era indiferente ao sentimento humano. Na pandemia, vemos o patriotismo de direita contestando o poder do governo em estados como Flórida e Texas, que agora sofrem com altas taxas de infecção.

As competições com China e Rússia poderão ser usadas para despertar o patriotismo nos EUA? Não parece haver um sentimento anti-China como houve um sentimento anticomunista nos anos 1950 e 1960. Apesar de o coronavírus aparentemente ter se

originado na China, não vemos um sentimento maciço contra o país, como existe em parte da direita. No jornal da minha cidade natal, as cartas dos leitores falam muito em "vírus chinês", usam retórica da Guerra Fria. Mas isso não é muito penetrante. O mundo mudou, a globalização mudou as coisas, e os dois países precisam um do outro.

John Bodnar, 77 Professor emérito de história na Universidade de Indiana. Tem doutorado pela Universidade de Connecticut e escreveu nove livros sobre guerras, imigração e trabalho nos EUA.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49663>**

# Câmara acelera propostas do Senado para Código Eleitoral

**BRUNO GÓES** [bruno.goes@oglobo.com.br](mailto:bruno.goes@oglobo.com.br) **BRASÍLIA**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Ninguém fechará esta corte, avisa Fux



ISRAEL MEDEIROS/FERNANDA STRICKLAND

As ameaças do presidente Jair Bolsonaro ao Supremo Tribunal Federal, em mais um degrau da crise institucional que se arrasta há meses, provocaram uma forte reação dos demais Poderes republicanos. A resposta mais contundente partiu do Judiciário, alvo principal dos ataques de Bolsonaro nas manifestações de Sete de Setembro. O ministro Luiz Fux, presidente do STF, disse, em pronunciamento, que "ninguém fechará" a Corte. E lembrou o papel constitucional do Congresso Nacional na apuração de crimes de responsabilidade cometidos pelo chefe do Executivo. As declarações inflamadas de Bolsonaro para multidões de apoiadores também provocaram reações de representantes do Parlamento, da Procuradoria-Geral da República e de partidos políticos. Não há sinal de distensionamento após o Dia da Independência, sequestrado pela ideologia bolsonarista.

Na abertura da sessão de ontem do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux expressou o sentimento recolhido dos demais ministros na noite anterior. "Ofender a honra dos ministros e incitar a população a propagar discursos de ódio contra a instituição do Supremo Tribunal Federal e incentivar o descumprimento de decisões judiciais são práticas antidemocráticas e ilícitas e intoleráveis em respeito ao juramento constitucional que todos nós fizemos ao assumirmos uma cadeira nesta Corte", disparou Fux.

Após explicitar a defesa incondicional da democracia, o presidente do STF alertou para as consequências de desafiar o Poder Judiciário. "Se o desprezo às decisões judiciais ocorre por iniciativa do chefe de qualquer dos Poderes, essa atitude, além de apresentar um atentado à democracia, configura crime de responsabilidade, a ser analisado pelo Congresso Nacional", disse Fux. Ele acrescentou que as discordâncias e questionamentos a decisões judiciais devem ser feitas de acordo com a lei, através de recursos processuais e sem desobediência.

O ministro conclamou, ainda, os líderes do país a se preocuparem com os reais problemas que assolam a população, como a pandemia do novo coronavírus - que já matou mais de 580 mil brasileiros -, o desemprego e a **inflação**. O ministro fez, também, um apelo à população. "Estejamos atentos a esses falsos profetas do patriotismo, que ignoram que democracias verdadeiras não admitem que se coloque o povo contra o povo ou o povo contra suas instituições", pontuou Fux. "Povo brasileiro, não caia na tentação das narrativas fáceis e messiânicas, que criam falsos inimigos da nação. Mais do que nunca, nosso tempo requer respeito aos poderes constituídos", completou.

## Impeachment

O discurso de Fux foi, em larga medida, a resposta mais forte às investidas de Bolsonaro. E contrastou com o tom adotado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), responsável por dar início a um processo de impeachment. Lira disse que é hora de dar um "basta" na escalada da crise entre o Executivo e o Judiciário. "Não vejo como possamos ter ainda mais espaço para radicalismo e excessos", afirmou. Ele lamentou, ainda, que "bravatas em redes sociais, vídeos e um eterno palanque deixaram de ser um elemento virtual e passaram a impactar o dia a dia do Brasil de verdade".

Lira fez questão de externar o posicionamento da Câmara, com recados para o Executivo e o Judiciário. "Não posso admitir questionamentos sobre decisões tomadas e superadas - como a do voto impresso. Uma vez definida, vira-se a página. Assim como também vou seguir defendendo o direito dos parlamentares à livre expressão - e a nossa prerrogativa de puni-los internamente se a Casa com sua soberania e independência entender que cruzaram a linha", disse o presidente da Câmara. Chefe de poder que mantém mais contato com o Palácio do Planalto, Lira foi procurado pelos ministros Ciro Nogueira e Flávia

Arruda. Reuniu-se com o presidente Bolsonaro, em uma tentativa do governo de encontrar uma saída para o impasse institucional.

O presidente do Senado também se pronunciou. Rodrigo Pacheco (DEM-MG) afirmou que o Brasil vive uma "crise real", com a alta da **inflação** e do preço dos combustíveis e afirmou que a solução para estes problemas não está em questionar a democracia. "Nós vivemos em um país em crise. Uma crise real. De fome e de miséria que bate à porta dos brasileiros, sacrificando a dignidade das pessoas. (...) A solução não está no autoritarismo, não está nos arroubos antidemocráticos, não está em questionar a democracia. A solução está na maturidade política dos poderes constituídos de buscar convergências para aquilo que interessa aos brasileiros", disse.

O procurador-geral da República, Augusto Aras, adotou um tom igualmente moderado. Classificou as manifestações como "festa cívica" de uma "sociedade plural e aberta". (Israel Medeiros, Jorge Vasconcellos, Raphael Felice, Fernanda Strickland).

# Bolsonaro pede a abertura de estradas

**Fabio GrecchiTainá Andrade**

Depois de várias horas com grupos de caminhoneiros apoiadores de Jair Bolsonaro fechando estradas em diversos estados, o presidente pediu, ontem à noite, que os radicais liberem o tráfego para que não haja impactos na economia. Os primeiros bloqueios foram erguidos depois dos atos do 7 de setembro, quando representantes da categoria acreditavam que seria dada a ordem para que o Congresso e o Supremo Tribunal Federal fossem tomados, e parlamentares e ministros da Corte destituídos a força.

Por meio de uma mensagem de áudio, Bolsonaro diz que o estrangulamento do trânsito causará impactos na economia - que vem apresentando vários problemas, agravados pelos discursos antidemocráticos do presidente no Dia da Independência, cujos reflexos imediatos foram a acentuada queda do Ibovespa (-3,78%) e a disparada do dólar (que fechou a R\$ 5,32, uma alta de 2,89%). Segundo relatos que chegaram ao Palácio do Planalto, os bloqueios das estradas provocaram desabastecimento de alimentos e combustíveis em pequenos municípios do interior.

"Fala para os caminhoneiros que são nossos aliados. Mas esses bloqueios atrapalham a nossa economia. Isso provoca desabastecimento, **inflação**, prejudica todo mundo, em especial os mais pobres. Então, dá um toque nos caras, se for possível, para liberar. Para a gente seguir a normalidade", pediu Bolsonaro no áudio, confirmado pelo ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas.

Um dos chefes do movimento, Marcos Antônio Pereira Gomes, o Zé Trovão - que está com prisão preventiva decretada e foragido desde 3 de setembro -, divulgou vídeos que circularam entre os caminhoneiros. Em um, orientava que estava "autorizada a passagem de ambulâncias, impedindo a livre circulação de veículos de passeio, transporte de gêneros alimentícios, combustíveis e até o escoamento da produção agropecuária".

A Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam), uma das representantes da categoria, informou que "a pauta (fechamento das estradas) não está sendo discutida pelos caminhoneiros" e advertiu para a falta de liderança do movimento. "Mudamos a política de debate para algo mais técnico. Atualmente, temos várias pautas dentro do Congresso, dentro do próprio governo. Quem são esses que se dizem

caminhoneiros?", questionou.

Já a Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística (NTC Logística) repudiou as barreiras e afirmou que as paralisações poderão causar sérios transtornos à atividade de transporte realizada pelas empresas, com graves consequências para o abastecimento de estabelecimentos de produção e comércio.

O presidente da Associação Brasileira de Condutores de Veículos Automotores (Abrava), Wallace Landim, o Chorão, avalia que o movimento tem participação de empresários de transporte e não de transportadores autônomos. "Os caminhoneiros estão sendo usados como massa de manobra. Existe um movimento com interesse de empresas e do agronegócio atrás do financiamento desses atos", disse.

De acordo com dados da Polícia Federal Rodoviária (PRF), foram 173 pontos de concentração de manifestações e 53 de bloqueio em rodovias federais no Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina. Em Goiás, Bahia, Maranhão, Rio de Janeiro, São Paulo e Tocantins foram atos pontuais (veja infografia ao lado).

No Congresso, o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) e os deputados federais Rigoni (PSB-ES) e Tabata Amaral (sem partido-SP) questionaram, em ofício ao Ministério da Justiça, sobre as ações tomadas pela PRF para o desbloqueio das estradas. O Ministério de Infraestrutura informou que os agentes rodoviários atuaram para desmobilizar bloqueios em oito estados. A previsão, segundo a pasta, é garantir o livre fluxo nas rodovias, com a tendência de fim das mobilizações até a manhã de hoje.

Queiroga: reforço será com a Pfizer

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, afirmou, ontem, que a terceira dose contra a covid-19 será preferencialmente com a vacina da Pfizer. Conforme observou, a pasta não vai recomendar o uso da CoronaVac para a aplicação da dose de reforço. Na última semana, o ministro anunciou que não recomendaria o uso da CoronaVac para a terceira dose enquanto não houvesse o registro definitivo do imunizante pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) - São Paulo vem oferecendo o fármaco do Instituto Butantan como reforço. Por enquanto, as vacinas da Pfizer e da AstraZeneca são as únicas com esse tipo de autorização do órgão

regulador brasileiro. O ministro voltou a pedir que os estados e municípios sigam as orientações federais sobre a aplicação das vacinas contra covid-19 e criticou aqueles que seguem ritmos de imunização diferentes do previsto pela pasta. Segundo ele, se cada um fizer o próprio plano, o ministério não consegue garantir a entrega dos imunizantes.

#### Anvisa aprova novo remédio contra covid

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorizou, ontem, o uso emergencial do Sotrovimabe, um anticorpo monoclonal contra o novo coronavírus. A autarquia aprovou cinco medicamentos para tratamento da covid-19, sendo quatro em uso emergencial. Para o fármaco ser incorporado ao rol dos que podem ser usados contra a doença, a incorporação ao Sistema Único de Saúde (SUS) ainda depende da avaliação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec). O remédio destina-se a pacientes com quadros leves ou moderados de covid-19, com risco de evoluir para formas graves. A droga é indicada para idosos, imunossuprimidos ou pessoas com doenças como asma e diabetes. Assim como outros anticorpos monoclonais, o Sotrovimabe é de uso exclusivo hospitalar, sem autorização para a comercialização em farmácias - é administrado de forma intravenosa.



## Mapa das mobilizações dos caminhoneiros em todo o Brasil



### 1 MATO GROSSO

- RONDONÓPOLIS - BR-364 KM 202 - manifestantes fazem bloqueio para veículos de carga seca com veículos estacionados na via e sobre o canteiro central.
- CONFRESA - BR-158 - Interdição total e posteriormente parcial.
- LUCAS DO RIO VERDE - BR-163 KM 689 - veículos de carga não passam no sentido crescente.
- NOVA MUTUM - BR-163 KM 598 - interdição nos dois sentidos.
- PEDRA PRETA - BR-364 KM 177 - sem interdição.
- MATUPÁ - BR-163 KM 1040 - manifestantes bloqueiam rodovia.

### 2 M. GROSSO DO SUL

- SÃO GABRIEL DO OESTE - BR-163 KM 614 - 200 manifestantes produtores rurais, empresários, caminhoneiros e muitas famílias.
- DOURADINA - BR-163 KM 290 - 250 manifestantes caminhoneiros e agricultores com estrutura de tendas e alimentação, caminhões e máquinas agrícolas à margem da rodovia.

### 3 GOIÁS

- SANTA RITA DO ARAGUAIA - BR-364 KM 380 - PRF presente para garantir o fluxo da rodovia.

### 4 DISTRITO FEDERAL

- BRASÍLIA/DF - tentativa de fechamento da BR-040, km 10/GO, em LUZIÂNIA/GO "Acampa Brasil" - 400 manifestantes - Esplanada dos Ministérios.

### 5 MARANHÃO

- BALSAS - BR-230 KM 470 - não há interdição, mas populares vem impedindo a passagem de veículos de carga.

### 6 BAHIA

- ITAMARAJU - BR-101 KM 808 - permanecem aglomerados no local no sentido crescente e decrescente, via foi totalmente fechada nos dois sentidos com pneus.
- LUÍS EDUARDO MAGALHÃES - BR 020 KM 205 + BR-242 KM 900 e KM 874 - bloqueio parcial.

### 7 MINAS GERAIS

- BURITIZEIRO - BR 365 KM 168 - 80 manifestantes entre moradores, cidadãos e transportadores locais usam tocos de madeira.
- MURIAÉ - BR-116 KM 701 - fluxo lento com manifestantes.

### 8 ESPÍRITO SANTO

- LINHARES/ES, na BR-101, Km 137, cerca de 300 manifestantes e 200 veículos.

### 9 RIO DE JANEIRO

- NOVA IGUAÇU - BR-465 KM 19 + KM 204 - queima de pneus, situação rapidamente controlada.

### 10 PARANÁ

- SANTO ANTÔNIO DA PLATINA - BR-153 - tentativa de novo bloqueio. Equipe local negocia com manifestantes - mais de 400 caminhões nos pátios.
- MEDIANEIRA - interdição para caminhões.

### 11 SANTA CATARINA

- GUARUVA - BR-101 KM 09 + KM 10 - só veículos leves conseguiram seguir viagem.
- BARRA VELHA - BR-101 KM 85 - caminhões retidos, veículos leves passam, liberada desde ontem.
- JOINVILLE - BR-101 KM 25 - manifestantes param caminhões e liberam veículos leves - veículos pesados enfileirados no sentido norte.
- ARAQUARI - BR-101 KM 72 - interdição para caminhões.
- SÃO JOÃO DO SUL - BR-101 KM 451 - interdição para caminhões.
- MARACAJÁ - BR-101 KM 402 - interdição para caminhões.
- MAFRA - BR-116 KM 7 - 8km de veículos estacionados nos acostamentos em ambos os sentidos.
- SANTA CECÍLIA - BR-116 KM 138 - interdição para caminhões.
- SÃO FRANCISCO DO SUL - BR-280 KM 1,5 - interdição para caminhões.
- GUARAMIRIM - BR-280 KM 54 + KM 55 - interdição para caminhões.
- SÃO BENTO DO SUL - BR-280 KM 121 - interdição para caminhões.
- CANOINHA - BR-280 KM 230 - interdição para caminhões.
- CAMPOS NOVOS - BR-282 KM 342 - interdição para caminhões.
- TUBARÃO - BR-101 KM 340 - interdição para caminhões.
- SÃO JOSÉ - BR-101 KM 199 - via liberada no momento.

# Crise eleva riscos e piora expectativas

**ROSANA HESSEL**

Os agentes econômicos reagiram da pior forma possível às manifestações de 7 de Setembro e às declarações do presidente Jair Bolsonaro intensificando o confronto com os demais Poderes. O consenso entre analistas é de que, daqui para a frente, o cenário, que já era pessimista, ficou mais nebuloso devido ao aumento do "custo Bolsonaro". Com isso, a população terá de arcar com a fatura da maior incerteza, via baixo crescimento da economia e alta da **inflação**. A previsão é de que os índices de preços podem chegar à casa dos dois dígitos, como já acontece com os juros cobrados pelo mercado para investir em títulos públicos. Os papéis com vencimento em janeiro de 2031, por exemplo, voltaram a ser negociados acima de 11% ao ano. Os pronunciamentos, ontem, dos chefes do Judiciário e do Legislativo, contrapondo-se ao presidente, deixaram dúvidas sobre o que ainda virá no cenário político. O mercado está também na expectativa em relação às manifestações da oposição ao governo, marcadas para o próximo domingo. Analistas avaliam que Bolsonaro, apesar da queda na popularidade, ainda conta com apoio de uma fatia da população que não pode ser ignorada. Contudo, avaliam que o governo terá muito mais dificuldade para avançar com reformas, como a tributária e a administrativa, e, para piorar, vai retroceder no ajuste fiscal. A previsão é de que o Centrão cobrará caro para barrar o impeachment, e, como não há espaço para novas despesas no Orçamento de 2022, a saída deverá ser via estouro do teto de gastos - regra constitucional que limita o aumento de despesas à **inflação**.

Outro consenso entre os analistas é o de que, ao voltar a desafiar o Supremo Tribunal Federal (STF), Bolsonaro travou a saída que vinha sendo negociada com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para o problema dos precatórios, as dívidas judiciais da União. No total, R\$ 89,1 bilhões devem ser pagos em 2022, o que não deixa espaço para a promessa do presidente de aumentar o valor dos benefícios do Bolsa Família nos meses que antecedem as eleições do próximo ano. "O risco fiscal aumentou e, se não houver solução para os precatórios, o governo deverá estourar o teto", alertou Eduardo Velho, economista-chefe da JF Trust Gestora de Recursos.

## Volatilidade

Não à toa, a piora nas expectativas derrubou a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) e fez o dólar subir com

força, ontem (veja matéria ao lado). De acordo com o economista Juan Jensen, sócio da 4E Consultoria, a tendência é de muita volatilidade no mercado financeiro até as eleições de 2022. "As perspectivas pioraram. Esse governo só entregou a reforma da Previdência e não vai conseguir entregar mais nada, nem ajuste fiscal. Se vier alguma coisa, será muito pontual", afirmou Jensen. "A reforma administrativa é pouco ambiciosa. E a reforma do Imposto de Renda, é melhor enterrar, porque ficou tão ruim que a melhor opção é não fazer", acrescentou.

Jensen reduziu de 5,2% para 4,9% a previsão de alta do Produto Interno Bruto (**PIB**) de 2021, mas manteve em 2,4% a estimativa de expansão em 2022. Mais pessimista, o economista-chefe do Banco Fator, José Francisco de Lima Gonçalves, passou a prever altas de 4,1%, neste ano, e de 1,1% em 2022 - "na melhor das hipóteses", porque a estimativa não considera os efeitos de um agravamento da crise hídrica.

"Tudo mudou de patamar e, agora, ninguém sabe o que vai acontecer", disse Gonçalves. "O país só não entra em recessão por acaso", alertou. O economista, porém, não descarta as chances de o país entrar em um cenário de estagflação - baixíssimo crescimento com **inflação** - já que o Banco Central continuará elevando os juros para conter o processo inflacionário e, conseqüentemente, ajudará a frear o **PIB**. "Na melhor das hipóteses, o país voltará a registrar taxas de crescimento medíocres", frisou. O economista e consultor Alexandre Schwartzman, ex-diretor do Banco Central, que passou a prever altas do **PIB** de 4,9%, neste ano, e de 1,5%, em 2022, observa que o crescimento do país será "modesto", especialmente, devido à limitação do principal motor do **PIB**: o consumo das famílias, que ficou estagnado no segundo trimestre. Ele destacou que a recuperação do consumo "parece travada pelo mau desempenho do mercado de trabalho". "Acredito que melhore na segunda metade do ano, na esteira da vacinação, seja pelo consumo maior de serviços seja pelo aumento do emprego associado a esse setor, mas lembrando que o sarrafo está baixo", disse.

## Investimentos

De acordo com a economista Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Ibre), outro motor do crescimento do **PIB**, os investimentos, não deve contribuir para taxas mais robustas da atividade. "A tendência é de queda dos investimentos

nos próximos trimestres devido ao efeito base, e eles não devem ajudar na retomada", alertou. Sílvia Mastros comentou ainda que acabou a contabilidade criativa que vinha turbinando os investimentos na segunda metade de 2020: as reimportações fictícias de plataformas de petróleo antigas, que, na verdade, nunca saíram do país.

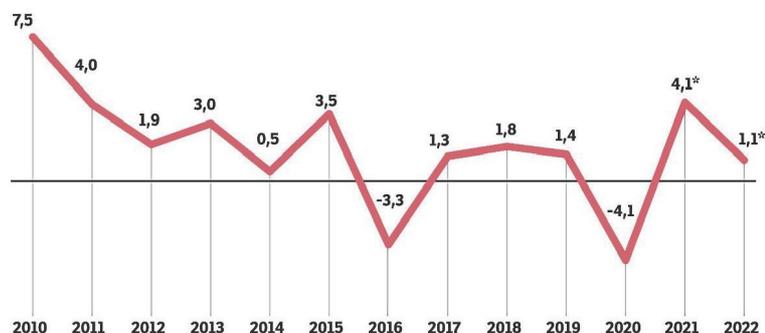
Alex Agostini, economista-chefe da Austin Rating, lembrou que a inevitável piora nas contas públicas está freando o capital estrangeiro. "Os investidores não estão de costas para o Brasil, mas olhando para o país com uma lupa gigantesca e começando a discutir ações de garantia e maior prêmio de risco para investirem aqui", resumiu.

## De mal a pior

Discursos do presidente Jair Bolsonaro no 7 de Setembro aumentam pessimismo do mercado e ampliam incertezas sobre retomada e melhora da questão fiscal.

### Evolução do PIB

Varição em %



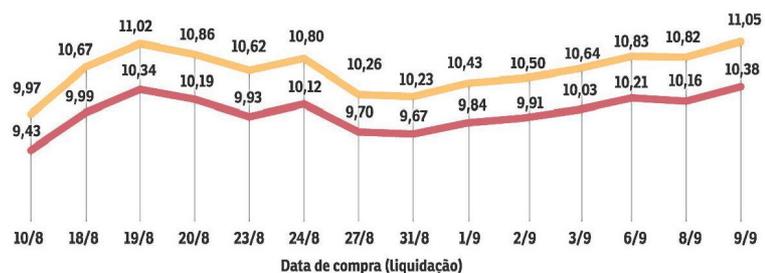
\*previsão do Banco Fator, sem considerar impacto da crise hídrica

### Escalada

Com expectativa de piora nas contas públicas, mercado cobra mais prêmio de risco para investir em títulos públicos

Taxa de juros dos títulos do Tesouro Direto prefixados (% ao ano)

— Vencimento 1/1/2026 — Vencimento 1/1/2031



### CARESTIA

Inflação não deve dar trégua tão cedo

Inflação oficial - IPCA

Taxa acumulada em 12 meses - Em %



\*previsão Necton Investimentos

Fontes: IBGE, B3, Tesouro Direto e analistas



## Basta de autoritarismo (Editorial)

Aqueles que intencionam levar o Brasil para um regime de exceção precisam ter claro que a sociedade jamais abrirá mão da democracia. As mensagens passadas pelos presidentes da Câmara, Arthur Lira, do Senado, Rodrigo Pacheco, e do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux, um dia depois das manifestações de Sete de Setembro em favor do presidente Jair Bolsonaro, dão a exata dimensão de que não há espaço para arroubos autoritários. As instituições estão prontas para agir.

A energia que vem sendo gasta pelo chefe do Executivo para tumultuar o ambiente político deveria ser dispendida para enfrentar os problemas do Brasil real, que tendem a se agravar quanto maiores forem os ruídos provocados por Brasília. Um sinal evidente de repúdio a ameaças ao Supremo Tribunal Federal e ao Congresso veio do mercado financeiro. Somente ontem, a Bolsa de Valores de São Paulo tombou quase 4% e o dólar voltou a ficar acima de R\$ 5,30.

Bolsa em queda significa destruição de riqueza - foram menos R\$ 195 bilhões em apenas um dia. Dólar subindo é mais **inflação**. Assim, quanto mais prolongado for o quadro de desconfiança e de pessimismo, mais rapidamente a economia caminhará para o precipício. A **inflação** que está destruindo o orçamento da família - acumula alta de 9% em 12 meses - tenderá a sair do controle, desestruturando, também, o orçamento das empresas. O desarranjo geral significará mais desemprego. O caos social será enorme.

Não por acaso, o presidente do STF foi enfático: "O verdadeiro patriota não fecha os olhos para os problemas reais e urgentes do Brasil. Pelo contrário, procura enfrentá-los, tal como um incansável artesão, tecendo consensos mínimos entre os grupos que naturalmente pensam diferente. Só assim é possível pacificar e revigorar uma nação inteira". Arthur Lira endossou: "Bravatas em redes sociais, vídeos e um eterno palanque deixaram de ser um elemento virtual e passaram a impactar o dia a dia do Brasil de verdade. O Brasil que vê a gasolina chegar a R\$ 7 e o dólar valorizado em excesso".

No entender de Rodrigo Pacheco, a solução para a crise na qual o país está mergulhado não está no autoritarismo, nos arroubos antidemocráticos, em questionar a democracia. "A solução está na maturidade política dos Poderes constituídos de se entenderem, de buscarem as convergências para aquilo que verdadeiramente interessa aos brasileiros",

afirmou. E acrescentou: "Não é com excessos, não é com radicalismo, não é com extremismo, é com diálogo e com respeito à Constituição que nós vamos conseguir resolver os problemas dos brasileiros".

A pacificação do país, portanto, é mais do que urgente. Divergências sempre vão existir e fazem parte de um ambiente democrático sólido. É por meio do debate que se constroem soluções que beneficiam a maioria. Tentar minar as instituições a fim de abrir espaço para aventuras antidemocráticas foge totalmente desse escopo de nação. É retrocesso. O Brasil não se curvará ao autoritarismo.

# Reação é insuficiente para conter ímpeto golpista no Planalto



*Igor Gielow*

Como acontece nos filmes B, o clímax (até aqui) do capítulo 8 de setembro de 2021 da crise institucional brasileira misturou previsibilidade e alguma prestidigitação.

Na superfície, os discursos de Arthur Lira (PP-AL) e Luiz Fux são peças que causariam espanto em qualquer país que se diga democrático: chefes do Legislativo e do Judiciário admoestaram o presidente da República a se comportar dentro da lei.

Ora, Bolsonaro opera fora de parâmetros constitucionais há bastante tempo, empilhando crimes de responsabilidade em quase todas as áreas de sua atuação. As manifestações do 7 de Setembro foram apenas uma apoteose à espera do próximo capítulo.

Assim, quando o presidente do Supremo Tribunal Federal afirmou que os ataques e ameaças do inquilino do Alvorada constituíam práticas "antidemocráticas, ilícitas, intoleráveis", a pergunta se impõe: e então? O ilícito já ocorreu, para ficar no que enseja resposta efetiva.

Riscar a linha numa areia há muito revolvida apenas parece incentivar a delinquência a buscar uma nova oitava acima.

Obviamente, o próprio Fux tem a resposta: Bolsonaro arrisca o pescoço com um processo de impeachment se cumprir, por exemplo, a promessa de ignorar decisões judiciais de Alexandre de Moraes, seu malvado favorito.

Pode ser, mas na prática como isso ocorreria se a

Polícia Federal que toca o inquérito das fake news o faz com um delegado autônomo? Novamente, aqui parece mais uma dessas pegadinhas autoritárias corrosivas de Bolsonaro, talvez não elaboradas como tal.

Fux também prestou uma homenagem tão elaborada a forças policiais que cumpriram seu dever e a militares que não estavam na linha de frente no dia 7 que um general questionou se no fundo aquilo não teria sido uma demonstração de temor reverencial ou, pior, fraqueza.

A presença de caminhoneiros radicalizados ameaçando o Supremo e a crença dos bolsonaristas no golpe redentor empresta tons dramáticos a isso.

Uma mensagem que circula entre empresários que apoiam o presidente fala abertamente num golpe que começaria com bloqueios de caminhões em estados adversários, levando intervenções federais que evoluiriam no delírio para a refundação do República ou algo do gênero.

É de se questionar a qualidade do fast-food consumido pelo pessoal, que ignora legislação e condições políticas básicas.

Seja como for, aí o foco se vira para o presidente da Câmara, que deixou claríssimo em sua fala que não pretende colocar nenhuma discussão sobre impeachment para andar. Ou seja, assim como seu antecessor Rodrigo Maia (DEM-RJ), mas por motivos diversos, deixará os pedidos trancados na gaveta.

O rosário de encantos de Lira é o inaudito controle sobre emendas orçamentárias, numa dobradinha com o acossado Ciro Nogueira, que parece atordoado em sua tentativa de extrair o máximo da sociedade anti-impeachment que lhe foi proposta por Bolsonaro.

O manual prático de impeachments preconiza a dissolução política, a crise econômica e as proverbiais ruas para derrubar um presidente. Foi assim com Fernando Collor e Dilma Rousseff, nove fora as irregularidades atribuídas a ambos.

Se a **inflação** em dois dígitos, a desconfiança do mercado, o risco de apagão, o desemprego e o nó fiscal parecem pouco, há o risco de as ruas cheias do

dia 7 de setembro se tornarem transbordantes no próximo domingo (12).

Concorre contra isso o fato de que os atos antibolsonaristas estão sendo chamados pela antiga direita que ajudou a erigir o pedestal na rua do Epitáfio político de Dilma.

Isso não agradaria a esquerda por si, mas é importante lembrar que o último interessado em ver Bolsonaro removido da equação de 2022 chama-se Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Mesmo para quem apoia abertamente o impedimento hoje de difícil execução, como João Doria (PSDB-SP), um Bolsonaro exangue talvez seja um melhor negócio no enfrentamento das urnas.

Não é casual que Rodrigo Pacheco (DEM, já-já PSD-MG) aja como bombeiro e até suspenda sessões no Senado: sua esperança reside em de fato virar uma alternativa na centro-direita.

E que o vice, general Hamilton Mourão, desfile gestos de fidelidade ao chefe, apesar de ser tratado a pão e água por Bolsonaro: ele pode querer a cadeira, mas não quer a fama de Michel **Temer** (MDB).

Todo o movimento de atores centristas, encarnado na criação da "Comissão de Acompanhamento do Impeachment" por Gilberto Kassab (PSD), mostra uma mexida de peças. O risco para o mandato presidencial é real.

Pouco importa se o impedimento virá: a pressão é que se mantém alta, e agregada agora pelo risco objetivo de o Supremo usar a bomba atômica ou um avanço notável na cassação via Tribunal Superior Eleitoral.

O Tribunal de Contas da União esbraveja contra o governo. Mesmo uma virada de casaca do procurador-geral, Augusto Aras, vem sendo especulada entre senadores que ventilam seu nome para o lugar da indicação ora inviabilizada de André Mendonça para o Supremo.

O seu anódino discurso na sessão do Supremo desta quarta nada revelou sobre o homem que, com Lira, serve de dupla de zaga jurídica de Bolsonaro.

O bode, afinal, segue na sala. O ponto de concordância mais eloquente entre Fux e Lira foi a vocalização da exasperação de políticos e do mercado ante a inexistência de um governo funcional.

Para Bolsonaro, é o mundo possível. Ele fez a opção pela sugestão de imolação em nome da travessia com apoio até a renovação do discurso da eleição ilegítima

em 2022, o que desautoriza qualquer conversa sobre pacificação ou acomodação que dure mais de algumas horas ou dias.

Nada aponta condições objetivas para golpe, autogolpe ou bruxarias afins. Mas o golpismo de Bolsonaro seguirá vivo e bem com a reação que inspirou até aqui das instituições.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49663>**

# O golpe já foi, vai ser ou está sendo?

## (Artigo)

**Conrado Hübner Mendes** Professor de direito constitucional da USP é doutor em direito e ciência política e membro do Observatório Pesquisa, Ciência e Liberdade - SBPC

Crimes de responsabilidade, crimes comuns e crimes eleitorais em série: do que mais precisamos para conter um autocrata de cartilha? **Inflação**, desemprego e pobreza subindo, crise hídrica mal percebida, desmatamento em vertigem, 600 mil mortes (boa parte evitável), política sanitária sem rumo: que mais para dar fim à incompetência voluntária?

Não faltam indicadores jurídicos e socioeconômicos sobre o desmoronamento duplo da democracia e da capacidade estatal. Suspiros de alívio pela não decretação de golpe de Estado nos moldes de 1964, desde um carro de som na Paulista, com desfile de tanques, não provam "instituições funcionando" nem democracia respirando. Provam que nosso app detector de golpe ainda não roda na versão 2.0.

A democracia está intubada. Instituições de controle continuam a receitar cloroquina para ver o que acontece. Lira, Pacheco e Aras formam o triângulo mágico da indolência que Mussolini nenhum botaria defeito. Não foram talhados para liderar na crise, mas para o gozo da normalidade magistocrática. Preferem colaborar e fazer pronunciamentos mais insossos que picolé de chuchu. Viram no 7 de Setembro "festa cívica".

Fux está um tom acima, mas ainda tenta acalmar Bolsonaro. Até prometeu mecanismo de legalidade criativa para envernizar calote dos precatórios se o menino delinquente se comportasse ao microfone. O menino delinquente rejeitou o pirulito, deu "ultimato" a Fux e exigiu que enquadrasse seu colega "canalha" ou "esse Poder" poderia "sofrer aquilo que não queremos". Ao colega "pedófilo" também sugeriu jogar "nas quatro linhas" da "Constituição sou eu".

Bolsonaro não é o "homo politicus-democraticus" que costuma inspirar previsões da ciência política. Aliados e adversários fazem seus cálculos eleitorais com base em certas expectativas de como atores racionais se comportam. A racionalidade de Bolsonaro é outra, e isso desconcerta a todos. Em 2018, aquela racionalidade extremista e anti-institucional os derrotou.

Em parte por isso, a grande "lei geral" da ciência política para eleições presidenciais - candidato se elege com dinheiro, tempo de TV, plataforma partidária etc.- falhou. Talvez volte a escorregar em 2022. Em parte por isso, pesquisas que, um ano e meio antes das eleições, começam a mostrar um Bolsonaro sem força até para chegar ao segundo turno dizem tão pouco. Com Bolsonaro na disputa, a viabilidade da terceira via continua um bonito sonho de verão.

Não sabemos se haverá eleições. Havendo eleições, sabemos menos ainda sobre as condições da disputa e a magnitude de práticas ilegais de manipulação sob financiamento obscuro. Temos apenas a certeza de que, mesmo fora da disputa, preso ou solto, impichado ou condenado à pena de inelegibilidade, Bolsonaro e bolsonarinhos formarão falange armada e excitada contra o processo eleitoral. Isso por si só já compromete eleições regulares e precisa entrar na conta.

Temos boas razões para desconfiar que o TSE não dispõe das melhores ferramentas para controlar essa avalanche. Apesar de adotar um dos sistemas de contagem de votos mais eficientes do mundo, por urna eletrônica, o bom funcionamento da maquininha não é suficiente para eleições justas. O jogo sujo acontece antes. Nos porões, nos microfones, nas redes. Ainda não aprendemos a controlar novas técnicas de jogo sujo. Sabemos quem as domina e mais se beneficia.

Há três caminhos para segurar essa derrocada: impeachment pelo Congresso, condenação criminal pelo STF e condenação por infração eleitoral pelo TSE. É tarde, talvez tarde demais. Não há alternativa barata a essa altura. Só não dá para sustentar que algo saia mais caro que a espera de 2022 em ritmo de festa cívica.

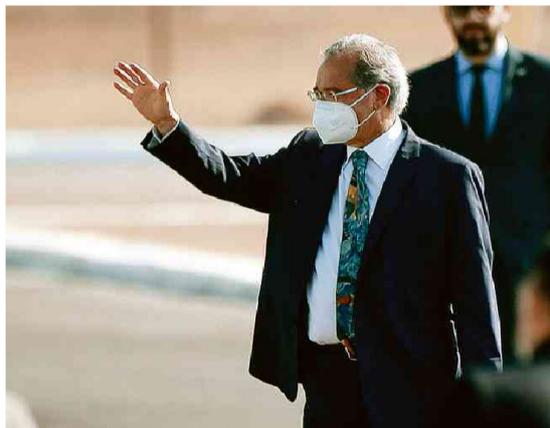
### Notícias Relacionadas:

A TRIBUNA - AC  
O golpe já foi, vai ser ou está sendo?

### Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49663>

# Ameaças travam acordo com Judiciário por Bolsa Família e precatórios



O ministro Paulo Guedes (Economia) acena durante cerimônia de hasteamento da bandeira no Palácio da Alvorada, no 7 de Setembro. Pedro Ladeira - 7.set.21/Folhapress

**Fábio Pupo e Renato Machado**

As ameaças do presidente Jair Bolsonaro ao STF (Supremo Tribunal Federal) travaram o acordo que vinha sendo costurado com o Judiciário para o governo deixar de pagar a totalidade dos precatórios em 2022.

O tema dos precatórios (dívidas a serem pagas pelo Estado após decisões judiciais) é acompanhado de perto pelo mercado -que teme o resultado das discussões e as consequências para as contas públicas. O impasse é um dos motivos mais citados entre analistas para a queda de 3,78% da Bolsa de Valores nesta quarta-feira (8).

A avaliação de diferentes envolvidos nas negociações ouvidos pela Folha aponta que, mesmo com a disposição dos atores para dialogar, não há clima para discutir a proposta -a principal prioridade do ministro Paulo Guedes (Economia) neste momento, ao lado do Auxílio Brasil (o novo Bolsa Família).

Um dos principais articuladores chega a dizer que é inviável continuar com as conversas no judiciário em meio ao conflito gerado por Bolsonaro. Os precatórios são considerados um detalhe diante da crise institucional vivida entre os Poderes, comparada a um incêndio em uma usina nuclear.

No STF (Supremo Tribunal Federal), os debates com o presidente Luiz Fux não devem ficar totalmente comprometidos porque o ministro busca manter interlocução com os atores do governo -sobretudo com Guedes- mesmo nos momentos mais tensos.

Apesar disso, é ressaltado por interlocutores do STF que a solução para os precatórios terá que passar pelo Congresso Nacional e que o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) apenas regulamentaria o que for decidido pelos parlamentares.

A solução que estava sendo discutida entre Guedes, Legislativo, Judiciário e TCU (Tribunal de Contas da União) criaria um limite anual para os precatórios por meio de uma resolução do CN J. Para 2022, por exemplo, o limite seria de R\$ 39,9 bilhões -de um total de R\$ 90 bilhões previstos para o ano.

Agora, o governo passa a depender mais de deputados e senadores para deixar de pagar a maior parte dos precatórios em 2022 e abrir espaço no Orçamento para expandir o Bolsa Família e outras despesas em ano eleitoral.

A solução via Congresso está neste momento na Câmara, onde tramita a PEC (proposta de emenda à Constituição) enviada pelo governo no mês passado para parcelar grandes precatórios em até dez anos.

As discussões começaram depois que a fatura para 2022 chegou a R\$ 89,1 bilhões, um crescimento de 61% em relação a 2021. A conta dificulta os planos do governo para diferentes medidas em ano eleitoral, como o Auxílio Brasil, principalmente por causa do teto de gastos -que impede o crescimento real das despesas federais.

Apesar da crise institucional, governo e aliados veem pautas de interesse avançando na Câmara. O líder do governo na Casa, deputado Ricardo Barros (PP-PR), diz que as propostas continuarão avançando. "Vamos votar tudo", afirma.

Deputados de diferentes partidos de oposição, no entanto, discordam e dizem que a agenda de Guedes caiu por terra -inclusive um acordo pelos precatórios- em meio a um crescimento das discussões sobre impeachment.

"Ele não se portou como um presidente da República. Ele agrediu o Congresso ao falar sobre o voto impresso, pois nós votamos [contra a proposta]", afirma o líder do PT, deputado Bohn Gass (RS).

No Senado, o cenário é incerto após o presidente

Rodrigo Pacheco (DEM-MG) cancelar todas as sessões desta semana. Mesmo antes do 7 de Setembro, a Casa já havia imposto ao governo uma derrota na votação de uma minirreforma trabalhista.

Além disso, Pacheco já vinha sinalizando resistência ao projeto do Imposto de Renda (o senador tem defendido a aprovação de outra proposta tributária, uma PEC de autoria do Senado).

No dia seguinte às falas de Bolsonaro, o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), manteve uma reunião com Pacheco.

O líder estaria buscando uma blindagem da pauta do governo, em particular a econômica. Argumentou que seria fundamental o avanço do projeto de lei que estimula a navegação de cabotagem -criando a chamada BR do Mar- além da proposta que altera as regras do Imposto de Renda.

A resistência à proposta que altera o Imposto de Renda não é apenas de Pacheco. "Acho que não será fácil aprová-la no Senado. Queremos uma reforma, não um remendo malfeito", disse o líder do PSDB, Izalci Lucas (PSDB-DF).

A aposta das lideranças do governo, tanto no Senado como no Congresso, é que será preciso esperar "abaixar a poeira" dos eventos desta semana, para na próxima iniciar a discussão de uma agenda econômica até o fim do ano.

Mesmo entre lideranças que não compõem a base do governo no Senado, há comentários de que o Auxílio Brasil é uma agenda importante e, por isso, a proposta dos precatórios tem chance de avanço. O próprio Pacheco já discutiu o tema com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e Guedes.

Além dos precatórios e das mudanças no Imposto de Renda, o Senado tem na gaveta outras matérias de interesse do governo Bolsonaro -como a proposta de privatização dos Correios.

Outro ponto que deve sofrer um revés no Senado é a criação de um marco das ferrovias. O tema já foi motivo de discórdia, quando o governo encaminhou uma MP (medida provisória) para tratar do tema, mesmo havendo um projeto em tramitação no Senado.

A Comissão de Assuntos Econômicos da Casa chegou a aprovar requerimento para que Pacheco devolvesse a MP. No mesmo dia, 31 de agosto, líderes se reuniram e basearam um acordo em conversa com o ministro Tarcísio de Freitas (Infraestrutura).

Ficou inicialmente acertado que na próxima semana a proposta do Senado, relatada por Jean Paul Prates (PT-RN), entraria na pauta do plenário, em um grande acordo para contemplar as necessidades do governo presentes na MP e também o projeto já em tramitação.

Com as falas de Bolsonaro, a avaliação de líderes agora é que um acordo será difícil e que o Senado deve encaminhar com sua própria pauta, independentemente do governo.

**ELEIÇÃO SERÁ MUITO POLARIZADA E DEVE CRIAR VOLATILIDADE,**

**DIZ PRESIDENTE DO BC** Ao falar dos desafios para controlar a **inflação**, especialmente de 2022, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou que as eleições presidenciais serão muito polarizadas e devem gerar volatilidade na economia. "Em termos de locais, a eleição [de 2022] é uma parte muito importante [no desafio], vai ser muito polarizada. Isso tem um impacto e cria volatilidade" afirmou em evento virtual promovido pelo CreditSuisse nesta quarta-feira (8). Para Campos Neto, a crise hídrica também deve elevar custos e dificultar a atuação da autoridade monetária. "A crise está em um novo nível isso está afetando muito a forma como as pessoas estão precificando a **inflação**. Mas é mais fácil medir esse efeito na **inflação** que no crescimento [econômico].<sup>1</sup>"

**Site:** <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

# O peru de Natal podre de Bolsonaro - VINICIUS TORRES FREIRE

**VINICIUS TORRES FREIRE**

Lá no final de maio, pareceu possível que a economia recuperasse ao menos o que havia perdido no parágrafo da epidemia de 2020 e que houvesse vacinas bastantes para que todo o mundo recebesse as injeções antes do fim do ano.

Um governante incapaz, mas mentiroso, cínico e oportunista, tentaria tirar proveito da situação e também colocar na sua conta a melhora relativa do país, por interesse próprio. Ainda habitaria o universo da razão, mesmo que meramente instrumental e no seu nível mais baixo. Jair Bolsonaro está abaixo disso. Talvez consiga implodir até a despiora prevista para este 2021.

Jamais é uma boa ideia prestar atenção demasiada a paniquitos dos mercados financeiros, como o desta quarta-feira, o dia depois do 7 de Setembro golpista. Além do mais, a finança do centro do mundo andou alvoroçada, o que explica parte do afundamento do mercado brasileiro. No entanto, a cada tombo mundial ou emergente, o Brasil rola vários degraus e quebra costelas. O dólar foi a R\$ 5,33, quase 3% de alta, a maior desde meados do ano passado, dando mais lenha para a **inflação** queimar. A Bolsa perdeu 3,8%.

Menos pop e comentada foi a corrida das taxas de juros no atacado do mercado de dinheiro. A taxa de dois anos foi a 9,4%, por exemplo, mas a disparada foi geral (em maio, o juro futuro de dois anos estava na casa de 7%). Isso vai chegar ao crédito bancário, ao capital de giro das empresas médias, talvez ao financiamento de casas.

O aperto nas condições financeiras é contínuo, com uns solavancos feios para cima, como os desta quarta-feira. Isso se deve ao fato de o país ter dívida grande, crescente, política econômica desgovernada. Um país que pode viver tumultos graves de rua e vive sob ameaça de tirania. Bolsonaro colocou no forno um peru podre de Natal.

Há riscos de outros acidentes e uns imprevistos preocupantes além da conta. Se não começar a chover no Dia de Finados, haverá apagões ou racionamento estrito. A partir de novembro, o banco central do EUA (o Fed) pode mudar a política monetária. Mesmo que o faça de modo suave,

costuma dar tumulto ou besteira. A escassez de matérias-primas para a indústria é maior e dura mais do que o previsto, no mundo inteiro. A produção de veículos em agosto no Brasil foi horrível por falta de componentes eletrônicos. Agora, só falta um parágrafo dos caminhoneiros bolsonaristas, que já começa.

É razoável esperar que a volta das atividades de serviços, arruinadas pelas restrições sanitárias da epidemia, compense inclusive os tropeços da indústria. De resto, a fim de recuperar o **PIB** perdido no ano passado, a economia precisa crescer 4,3% neste 2021 (a previsão ainda está pela casa dos 5,2%). Mas apenas recuperar o que se perdeu significa que 2021 terá sido igual a 2019. Precisamos obviamente de mais, até para ganhar impulso para 2022.

A mola do impulso para o ano que vem, porém, derrete com a baderna, com a **inflação** e com a alta de juros. Daqui a menos de duas semanas, o Banco Central pode elevar a Selic em 1,25 ponto, para 6,5% ao ano -e subindo.

Bolsonaro não tem limite. Ontem, chefetes e chefes de Poderes fizeram pronunciamentos que foram de passar pano para o golpista a indignações inócuas, como dizer que, se Bolsonaro desrespeita decisão do Supremo, comete crime de responsabilidade. Bidu. Ameaçar desobedecer, como fez ontem pela enésima vez, já é crime.

Não há oposição de fato. A elite do poder e do dinheiro ceva o projeto de destruição de Bolsonaro, que não tem limite. Vão esperar o Natal da desgraça?

Vinicius Torres Freire, Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

# Caminhoneiros bloqueiam estradas durante protestos em 15 estados



Caminhoneiros bloqueiam pista no km 109 da BR-376, em Paranavaí (PR); motoristas são alinhados ao governo ou ligados ao agronegócio. Foto: Fausto/Diário do Nordeste

**Amanda Lemos, Paula Soprana, Patrícia Campos Mello, Artur Búrigo, Paulo Muzzolon, Julia Chaib e Bruno Boghossian**

Caminhoneiros realizaram paralisações em trechos de rodovias em ao menos 15 estados nesta quarta-feira (8), um dia após os atos de raiz golpista convocados pelo presidente Jair Bolsonaro. Sem apoio formal de entidades da categoria, os motoristas são alinhados politicamente ao governo ou ligados ao agronegócio.

Por volta das 17h30, foram registrados pontos de concentração na Bahia, no Espírito Santo, no Paraná, no Maranhão, no Rio Grande do Sul, em Mato Grosso, em Mato Grosso do Sul e em Santa Catarina, de acordo com o Ministério da Infraestrutura.

À noite, um grupo bloqueou o km 148 da rodovia Anhanguera, no sentido da capital paulista, em Limeira (SP). A concessionária que administra a pista, a CCR Autoban, orientava os motoristas a usar a rodovia dos Bandeirantes.

Bolsonaro pediu a aliados que fizessem contato com caminhoneiros alinhados ao governo para liberar as rodovias bloqueadas.

Em mensagem de áudio, o presidente disse que a interrupção do trânsito prejudica a economia. Em vídeo divulgado no fim da noite, o ministro Tarcísio de Freitas (Infra estrutura) confirmou a veracidade do vídeo.

"Fala para os caminhoneiros aí que [eles] são nossos aliados, mas esses bloqueios aí atrapalham a nossa economia. Isso provoca desabastecimento, **inflação**, prejudica todo o mundo, em especial os mais pobres. Então, dá um toque nos caras aí, se for possível, para liberar, tá ok? Para a gente seguir a normalidade", diz

Bolsonaro.

Aliados do presidente temem que as manifestações de caminhoneiros nas estradas em apoio a Bolsonaro prejudiquem o governo caso os efeitos econômicos da paralisação se espalhem. Em algumas cidades, já há relatos de falta de combustíveis.

Também houve bloqueios no Rio e em Roraima, onde um grupo de caminhoneiros autônomos interrompeu o tráfego na BR-174, estrada que é a única ligação do estado com o resto do país. Caminhoneiros interditaram as duas vias por volta de 16h, na altura do km 482.

Segundo o jornal Folha de Boa Vista, os caminhoneiros dizem que o bloqueio é em apoio a Bolsonaro e contra o aumento dos combustíveis e que irão manter a estrada fechada enquanto "o povo" quiser.

Em Santa Catarina, a PRF comunicou no fim da tarde bloqueio em 22 pontos, atingindo praticamente todas as regiões do estado. A situação já começou a afetar a distribuição de combustíveis.

Até as 17h, cerca de 30 postos da região norte de Santa Catarina, onde fica Joinville, a cidade mais populosa do estado, relataram falta de gasolina e diesel nas bombas, segundo levantamento do Sindipetro-SC (Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo de Santa Catarina).

Pontos da BR-163, principal rodovia para escoamento de grãos do Centro-Oeste, também concentravam caminhoneiros no fim do dia, o que deixou em alerta empresas ligadas à exportação. A Anec (Associação Nacional dos Exportadores de Cereais) disse à Reuters que os protestos não afetaram o escoamento.

Paranaguá foi uma das cidades do Paraná com bloqueios, que também ocorreram em Maringá e em Paranavaí.

No Rio, houve atos em Campos dos Goytacazes, no km 75 da BR-101, e em Seropédica, onde os manifestantes pediam para a polícia para manter o protesto até esta quinta (9).

Segundo o Ministério da Infraestrutura, os protestos

"não se limitam às demandas ligadas à categoria". As principais pautas dos caminhoneiros hoje são preço do combustível e piso mínimo do frete. "Não há coordenação de qualquer entidade setorial do transporte rodoviário de cargas", afirmou a pasta. Entidades de caminhoneiros corroboram essa posição.

"Não tem pauta caminhoneira na mobilização, é movimento ideológico" diz Joelmis Correia, do Movimento GBN (Galera da Boleia da Normatização Pró-Caminhoneiro). Segundo ele, há "neutralidade da categoria", para que cada motorista decida se quer protestar em apoio ao governo ou não. "Não há muito o que comemorar."

Na véspera dos atos bolsonaristas, o caminhoneiro Marcos Antônio Pereira Gomes, conhecido como Zé Trovão, que está foragido, publicou um vídeo nas redes sociais convocando manifestantes ao protesto em Brasília. Segundo motoristas ouvidos pela Folha, ele tem alto poder de mobilização na categoria.

Trovão defendeu o impeachment de ministros do STF e desafiou o ministro Alexandre de Moraes a prendê-lo.

Moraes decretou a prisão do caminhoneiro na sexta (3). Ele é acusado de promover a incitação de atos violentos contra o Congresso e o Supremo.

Além do apoio ao governo, ruralistas têm três ações diretas de inconstitucionalidade no STF que ainda não foram julgadas pela corte. Elas questionam a política nacional de piso mínimo, implementada no governo Michel **Temer** (MD B), após a greve de 2018.

Desde antes do 7 de Setembro, a categoria já demonstrava divisão nos grupos de WhatsApp. As lideranças de movimentos organizados afirmaram que não iriam convocar caminhoneiros, como a Abrava e o CNTRC (Conselho Nacional do Transporte Rodoviário de Cargas).

Mesmo assim, muitos motoristas ligados a transportadoras ou apenas apoiadores de Bolsonaro decidiram aderir. Caminhoneiros ligados ao agronegócio permaneceram em Brasília até a noite desta quarta.

Em nota, a PRF afirmou que a tendência de fim da mobilização era à noite desta quinta.

**Site:** <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

# Alta de preços em países ricos ameaça emergentes, afirma BC

**Larissa Garcia**

O aumento da **inflação** em economias avançadas deve levar à alta de juros nesses países e afetar de forma negativa o fluxo de investimentos aos emergentes. A avaliação foi publicada na ata da reunião do Comef (Comitê de Estabilidade Financeira) do Banco Central, divulgada nesta quarta-feira (8). Segundo o BC, o aperto monetário global pode levar ao aumento da aversão ao risco, quando o investidor prefere aplicações mais seguras, o que afetaria os preços dos ativos financeiros.

"A **inflação** permanece elevada nas principais economias, acentuando os riscos de aperto das condições monetárias globais e de correção de preços de ativos financeiros. Movimentos intensos e abruptos de reprecificação de ativos podem ter efeitos negativos para os fluxos de investimentos para economias emergentes", diz o documento.

"Questionamentos dos mercados a respeito de riscos inflacionários nas economias centrais podem tornar o ambiente desafiador para países emergentes", ressalta.

No entanto, na avaliação do comitê, a exposição do sistema financeiro à variação cambial é baixa porque a dependência de financiamento ex terno é pequena.

Para o BC, outro ponto de atenção é que o apetite ao risco das instituições financeiras tem aumentado em algumas modalidades de crédito para famílias, como em financiamentos imobiliários e de veículos.

**Site:** <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

# Desinflacionar a economia não será fácil - SOLANGE SROUR

**Solange Srouer**

Segundo as projeções de mercado da pesquisa Focus, a **inflação** deve ficar em 7,6% neste ano e em 4% no ano que vem. É uma baita desinflação para nosso padrão histórico.

Desde o início do regime de metas de **inflação**, em 1999, o Brasil observou uma única vez -entre 2015 e 2016- um recuo do IPCA superior ao valor implícito nas projeções atuais. Naquele período, a **inflação** caiu de 10,7% para 6,3%, no embalo de uma prolongada recessão, da elevação substancial dos juros reais e de uma vasta apreciação do câmbio em resposta à volta do tripé macroeconômico.

Hoje, as hipóteses do Focus para o comportamento da Selic, do câmbio e do **PIB** passam longe do ocorrido naquele período. Ou seja, o mercado acredita que a **inflação** é temporária, que sua persistência é baixa e/ou que a política monetária é muito mais eficaz hoje do que era no passado.

No entanto, há um risco nada desprezível de o quadro inflacionário ser muito mais grave, ter difícil controle e trazer consequências bastante negativas para a renda dos brasileiros nos próximos meses. Há 14 meses, o mercado vem subestimando a **inflação**. Dentre os últimos 11 erros, 8 foram superiores a 0,4 ponto percentual no mês. É verdade que a pandemia torna mais complexa a arte de projetar **inflação**; mas, no caso brasileiro, há uma peculiaridade que parece enviesar as projeções de **inflação**.

Quando a Covid-19 atingiu o nosso país, a **inflação** acumulada estava em 3,3% (últimos 12 meses até março de 2020), enquanto as expectativas para o fim do ano estavam em 3,3%, abaixo da meta de 4,0%. Naquele momento, ganhou força a ideia de que o Brasil finalmente havia quebrado a inércia inflacionária, ou seja, a **inflação** passada pouco afetaria a **inflação** corrente. Afinal, a **inflação** de serviços (sempre o grupo mais inercial) finalmente tinha saído do patamar histórico de 7,2% e alcançado 3,1%.

Tal concepção foi corroborada pelo BC, que derrubou a taxa Selic de 4,25% ao ano para 2% ao ano entre março e agosto, apoiado pelo mercado, cujas expectativas apontavam para **inflação** de 1,6% e 3,0%

em 2020 e 2021, respectivamente.

Infelizmente, mais de um ano de surpresas inflacionárias extremamente altas deveria ser suficiente para colocar em xeque a tese de baixa inércia. É incrível que isso não esteja acontecendo com o consenso esperando uma desaceleração expressiva da **inflação** em 2022, ainda mais quando a discussão dos precatórios e a obsessão por aumentar gastos no ano eleitoral trazem dúvidas sobre a sustentabilidade da nossa dívida. Historicamente, momentos de fragilidade fiscal aumentam a persistência da **inflação**.

Um estudo que eu fiz com o Lucas Vilela para o Credit Suisse mostra que, historicamente, as expectativas de mercado para o ano à frente demoram a reagir às surpresas inflacionárias e calcula que esta última atingiu 5% nos últimos 12 meses (o mais alto valor desde 2004, ano em que teve início a série histórica para expectativas).

Para um país cuja meta é 3,25% em 2022 com uma tolerância de 1,5 ponto percentual, tal valor é bem significativo. Alheias à realidade, as expectativas para os próximos 12 e 24 meses continuam contidas, como pode ser visto no gráfico.

As evidências indicam que o montante de **inflação** transferido de um período para outro é cíclico: quando a **inflação** acelera, a persistência aumenta; quando a **inflação** desacelera, a inércia recua. Outro estudo realizado por nós descreve esse fenômeno e compara o Brasil com os demais emergentes. Temos o segundo maior coeficiente de inércia, inferior apenas ao da Índia.

A maior desinflação após o Plano Real resultou de juros reais restritivos (estimados em 7,4% em 2016, 4,3% em 2017 e 3,2% em 2018), da manutenção de uma elevada ociosidade da economia (desemprego médio de 11,3%, 12,8% e 12,3% em 2016, 2017 e 2018, respectivamente) e da retomada da credibilidade fiscal (no fim de 2016 foi aprovado o teto de gastos). Aliás, juros reais elevados estiveram presentes nas desinflações de 2001/2002 e de 2004/2005. Não há mágicas para conter a **inflação**.

Para muitos, a gravidade do processo inflacionário não é gritante, mas o rendimento médio do trabalho atual

já está 2,7% inferior ao de nove anos atrás. Dado que as expectativas de mercado são elementos primordiais no processo decisório do BC, a crença de que a **inflação** será controlada sem que os devidos custos sejam incorridos e sem que a âncora fiscal seja fortalecida empobrecerá ainda mais os brasileiros em 2022.

Solange Srouf Economista-chefe de Brasil do banco Credit Suisse. É mestre em economia pela PUC-Rio

**Site:** <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

## Cenários para a inflação

Brasil pode sofrer com surpresa inflacionária

Em %



# "Ninguém fechará esta Corte. Nós a manteremos de pé"



"O Brasil comemorou, na data de ontem, 199 anos de sua independência.

Em todas as capitais e em diversas cidades do País, cidadãos compareceram às ruas. O País acompanhou atento o desenrolar das manifestações e, para tranquilidade de todos nós, os movimentos não registraram incidentes graves.

Com efeito, os participantes exerceram as suas liberdades de reunião e de expressão - direitos fundamentais ostensivamente protegidos por este Supremo Tribunal Federal.

Nesse ponto, é forçoso enaltecer a atuação das forças de segurança do País, em especial as Polícias Militares e a Polícia Federal, cujos membros não mediram esforços para a preservação da ordem e da incolumidade do patrimônio público, com integral respeito à dignidade dos manifestantes.

Destaque-se, por seu turno, o empenho das Forças Armadas, dos governadores de Estado e dos demais agentes de segurança e de inteligência pública, que monitoraram em tempo real todas as manifestações, permitindo assim o seu desenrolar com ordem e paz.

De norte a sul do País, percebemos que os policiais e demais agentes atuaram conscientes de que a democracia é importante não apenas para si, mas também para seus filhos, que crescerão ao pálio da normalidade institucional que seus pais contribuíram para manter.

Este Supremo Tribunal Federal também esteve atento à forma e ao conteúdo dos atos realizados no dia de ontem. Cartazes e palavras de ordem veicularam duras críticas à Corte e aos seus membros, muitas delas também vocalizadas pelo senhor presidente da República, em seus discursos em Brasília e em São Paulo.

Na qualidade de presidente do Supremo Tribunal

Federal, em nome do colegiado, impõe-se uma palavra de patriotismo e de respeito às instituições do País.

Nós, ministras e ministros do STF, sabemos que nenhuma nação constrói a sua identidade sem dissenso. A convivência entre visões diferentes sobre o mesmo mundo é pressuposto da democracia, que não sobrevive sem debates sobre o desempenho dos seus governos e de suas instituições.

Nesse contexto, em toda a sua trajetória nesses 130 anos de vida republicana, o Supremo Tribunal Federal jamais se negou - e jamais se negará - ao aprimoramento institucional em prol do nosso amado Brasil.

No entanto, a crítica institucional não se confunde - e nem se adequa - com narrativas de descredibilização do Supremo Tribunal e de seus membros, tal como vem sendo gravemente difundido pelo chefe da Nação.

Ofender a honra dos ministros, incitar a população a propagar discursos de ódio contra a instituição do Supremo Tribunal Federal e incentivar o descumprimento de decisões judiciais são práticas antidemocráticas e ilícitas, que não podemos tolerar em respeito ao juramento constitucional que fizemos ao assumir uma cadeira na Corte.

Infelizmente, tem sido cada vez mais comum que alguns movimentos invoquem a democracia como pretexto para a promoção de ideias antidemocráticas.

Estejamos atentos a esses falsos profetas do patriotismo, que ignoram que democracias verdadeiras não admitem que se coloque o povo contra o povo, ou o povo contra as suas próprias instituições.

Todos sabemos que quem promove o discurso do "nós contra eles" não propaga democracia, mas a política do caos.

Em verdade, a democracia é o discurso do "um por todos e todos por um, respeitadas as nossas diferenças e complexidades".

Povo brasileiro, não caia na tentação das narrativas fáceis e messiânicas, que criam falsos inimigos da nação.

Mais do que nunca, o nosso tempo requer respeito aos poderes constituídos. O verdadeiro patriota não fecha os olhos para os problemas reais e urgentes do Brasil. Pelo contrário, procura enfrentá-los, tal como um incansável artesão, tecendo consensos mínimos entre os grupos que naturalmente pensam diferente. Só assim é possível pacificar e revigorar uma nação inteira.

Imbuído desse espírito democrático e de vigor institucional, este Supremo Tribunal Federal jamais aceitará ameaças à sua independência nem intimidações ao exercício regular de suas funções.

Os juízes da Suprema Corte - e todos os mais de 20.000 magistrados do País - têm compromisso com a sua independência, assegurada nesse documento sagrado que é a nossa Constituição, que consagra as aspirações do povo brasileiro e faz jus às lutas por direitos empreendidas pelas gerações que nos antecederam.

O Supremo Tribunal Federal também não tolerará ameaças à autoridade de suas decisões. Se o desprezo às decisões judiciais ocorre por iniciativa do chefe de qualquer dos Poderes, essa atitude, além de representar atentado à democracia, configura crime de responsabilidade, a ser analisado pelo Congresso Nacional.

Num ambiente político maduro, questionamentos às decisões judiciais devem ser realizados não através da desobediência, não através da desordem, e não através do caos provocado, mas decerto pelos recursos, que são as vias processuais próprias.

Ninguém fechará esta Corte.

Nós a manteremos de pé, com suor e perseverança. No exercício de seu papel, o Supremo Tribunal Federal não se cansará de pregar fidelidade à Constituição e, ao assim proceder, esta Corte reafirmará, ao longo de sua perene existência, o seu necessário compromisso com a democracia, com os direitos humanos e com o respeito aos poderes e às instituições deste País.

Em nome das ministras e dos ministros desta Casa, conclamo os líderes do nosso País a que se dediquem aos problemas reais que assolam o nosso povo: a pandemia, que ainda não acabou e já levou 580 mil vidas brasileiras; o desemprego, que conduz o cidadão ao limite da sobrevivência biológica; a **inflação**, que corrói a renda dos mais pobres; e a crise hídrica, que ameaça a nossa retomada econômica.

Esperança por dias melhores é o nosso desejo, mas

continuamos firmes na exigência de narrativas verdadeiramente democráticas, à altura do que o povo brasileiro almeja e merece.

Não temos tempo a perder."

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Tensão política faz Bolsa despencar 3,78%; dólar sobe 2,89% e vai a R\$ 5,32

**Luciana Dyniewicz**

O aumento da instabilidade política, depois que o presidente Jair Bolsonaro ameaçou desrespeitar decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), teve forte impacto ontem no mercado financeiro.

O Ibovespa, principal índice da Bolsa, caiu 3,78%, para 113,4 mil pontos - o menor nível desde 24 de março. Já o dólar avançou 2,89% e terminou o dia cotado a R\$ 5,3261.

A queda na Bolsa foi a maior desde 8 de março (3,98%), quando o mesmo STF tornou o expresidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) elegível para as eleições presidenciais de 2022. No caso do dólar, a moeda alcançou o maior valor desde 23 de agosto (R\$ 5,38), e teve a maior variação percentual num só dia desde 30 de julho (2,57%).

No médio prazo, segundo economistas, as perspectivas também não são boas. Com o aumento das incertezas, as projeções para o **PIB** e a **inflação** de 2022 devem se deteriorar ainda mais. "Os eventos de ontem (terça-feira) colocam na mesa o risco de que Bolsonaro não termine o mandato, seja via impeachment, seja por meio de uma cassação. Quando isso entra no radar, as incertezas são maiores, e isso pesa na economia, nas decisões de consumo e de investimento", diz a economista Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências Consultoria.

Esse cenário mais incerto está fazendo a economista rever sua estimativa de alta do **PIB** em 2022, de 2,2% para 1,8%. Alessandra afirma que há possibilidade de o crescimento ser ainda menor. "Há também o risco em relação ao resultado eleitoral, especialmente se Bolsonaro não for vencedor. Aí, podemos ter uma transição de poder que não seja pacífica. Isso traz mais incerteza e torna o ambiente mais difícil para a economia." Para o economista-chefe do banco BV, Roberto Padovani, as manifestações de 7 de Setembro fizeram com que a disputa eleitoral de 2022 e as incertezas geradas por ela ganhassem importância na formação dos preços dos ativos brasileiros. Com isso, a instabilidade no mercado começa mais cedo do que o esperado para um período eleitoral - e o prêmio de risco também sobe.

"Isso torna muito pouco provável que os preços

convirjam para o patamar que faria sentido de acordo com os fundamentos (da economia). Um valor justo para a Bolsa hoje, por exemplo, seria de 130 mil pontos, e, para o dólar, de R\$ 4,70", diz Padovani.

De acordo com ele, a deterioração financeira vai elevar o custo do crédito, o que afetará negativamente a economia. Para este ano, Padovani ainda projeta uma alta de 5,3% no **PIB**, dado que a reabertura da economia vai compensar as incertezas, mas, para 2022, a estimativa é de 1,8%, com viés negativo.

A economista Sílvia Matos, do Instituto Brasileiro de Economia, da FGV (FGV Ibre), também afirma que sua projeção de 1,5% de **PIB** para 2022 já tem viés negativo. "Poderíamos estar comemorando os resultados da abertura da economia. Mas o cenário agora é de muita incerteza.

Isso prejudica investimentos, emprego formal, crédito. Muitas decisões de investimentos vão ficar para depois das eleições."

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Como produzir crises e esconder problemas - CELSON MING

NELSON JR./STF-26/8/2021 GABRIELA BILO / ESTADAO-22/7/2021



## Fux e Bolsonaro: tensão

**CELSON MING**

O presidente Jair Bolsonaro se comporta como certos moluscos que lançam jatos de líquidos escuros na água para confundir e turvar a visão dos seus predadores.

Os inimigos reais do Brasil e do futuro político de Bolsonaro não são o Judiciário nem o voto eletrônico, como ele próprio apontou nos discursos de 7 de Setembro em Brasília e São Paulo. Como avisou ontem o presidente do Supremo, Luiz Fux, o inimigo de Bolsonaro é o desemprego que alcança 14,1% da população ativa; a gasolina perto dos R\$ 7 por litro; o gás de cozinha que ultrapassa os R\$ 100 por botijão; é a **inflação** anual se avizinando dos dois dígitos - que ajuda a corroer o poder aquisitivo do consumidor; a puxada dos juros; é a cavalgada do dólar; o rombo fiscal que se alarga; a ameaça de apagão; e a população sendo dizimada pela covid-19.

Contra esses inimigos, Bolsonaro se mantém em estado catatônico, eximise a combatê-los.

Mas, ao tentar confundir a população, Bolsonaro resvala para o crime de responsabilidade, como também denunciou Fux. Incita à desobediência das decisões judiciais, contesta matéria ultrapassada no Congresso, como a da proposta do voto impresso auditável, prega operações golpistas e o jogo autoritário.

A reação do presidente da Câmara, Arthur Lira, às tentativas de Bolsonaro de criar o caos foi flácida e pretensamente conciliatória. Limitou-se a avisar que a

questão do voto impresso é página virada, que não mais admite contestação. Mas Lira não condenou os ataques ao Supremo nem a grave incitação à desobediência a suas sentenças.

Não anunciou providências para coibir os crimes de responsabilidade em que o presidente vem incidindo.

Quando avisou que os conflitos seriam resolvidos no dia 3 de outubro de 2022, apenas se recusou a participar do jogo golpista. Mas, ao mesmo tempo, deixou claro que não apoia o processo de impeachment contra Bolsonaro.

Ao apresentar-se como intermediário para a retomada do diálogo entre Poderes em conflito, Lira pareceu desconsiderar que o Legislativo também está sendo atacado pelo presidente, tanto pelo discurso golpista como pelo desrespeito à sua decisão em relação ao voto impresso. E ignorou o fato de que Bolsonaro não se mostra disposto a dialogar nem a aceitar as regras do jogo democrático. Ao contrário, ele quer a perpetuação do conflito e a destruição do processo eleitoral.

No pronunciamento desta quarta-feira, Fux advertiu que a atitude de Bolsonaro pode configurar crime de responsabilidade que precisa ser examinado pelo Congresso. E pediu mais contundência do presidente da Câmara.

À parte as crises institucional e política, sobram, como acima mencionado, os graves problemas de política econômica e sanitária a resolver. Mas, nesses campos, Bolsonaro se mantém desinteressado.

Não se vê em seu governo nenhum empenho sério em atacá-los. Está aí a crise hídrica em fase de agravamento, enfrentada até agora apenas com aumento da conta de luz e com apelos inconsequentes à redução de consumo de energia. No mais, há os jatos de tinta escura lançados na água pela criatura que se vê ameaçada.

### Notícias Relacionadas:

O LIBERAL - BELÉM - PA  
Como produzir crises e esconder problemas

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Inflação mais alta nas principais economias (Editorial)

A **inflação** média nas principais economias do mundo vem subindo há vários meses. O resultado corrente é mais de três vezes o que se registrava um ano antes. Em julho, a **inflação** nos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) alcançou 4,2%, ante 4,0% em junho e 1,2% em julho de 2020.

A aceleração da **inflação** é um fenômeno amplo. Com muito poucas exceções, ela está hoje mais alta do que estava há um ano nos países da OCDE.

Uma das exceções é o Japão, que há muitos anos registra **inflação** muito baixa, às vezes negativa, como a acumulada nos 12 meses até julho deste ano, que ficou em -0,3%, ante 0,3% um ano antes.

Mas, quando examinados os países da área do euro e o grupo das sete maiores economias do mundo, o G-7, notam-se evoluções diferentes. Na área do euro, a alta média dos preços em julho foi de 2,2%, enquanto no G-7 alcançou 3,8%.

O principal responsável por essa diferença é a economia norte-americana (e a canadense, em menor proporção).

Do grupo das sete principais economias mundiais, a dos Estados Unidos é a que registra a maior **inflação**, de 5,4%. Embora comece a gerar algum desconforto em outros países, essa **inflação** não preocupa os responsáveis pela política monetária norteamericana.

Depois de cinco meses consecutivos de alta (estava em 1,4% em janeiro), a **inflação** americana não subiu entre junho e julho.

A alta dos preços internacionais da energia, em particular a derivada do petróleo, é apontada como um dos principais fatores para a aceleração da **inflação** em muitos países. Até julho, a energia tinha subido 17,4% em bases anuais. Até junho, o aumento acumulado era de 16,9%, o que significa que o problema se acentuou.

A alta da **inflação** é observada também nas 20 principais economias do mundo (G-20), a maior parte das quais faz parte também da OCDE (o Brasil é uma das exceções, pois integra o G-20, mas não a OCDE).

Em julho, a **inflação** média do G-20 chegou a 4,6%. Estava em 2,5% em julho do ano passado e chegou a baixar para 2,0% em novembro e dezembro.

Desde então, vem registrando aceleração.

O Brasil apresenta um dos piores resultados do grupo (a Argentina, com **inflação** de 51,8% é o pior caso).

Entre junho e julho, a **inflação** no País passou de 8,3%, já alta, para 9,0%, diz a OCDE.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Com crise, Congresso deve segurar reformas



**Sem acordo.** Parlamento deve deixar de lado os debates da pauta econômica; matérias não devem avançar com crise

**Adriana Fernandes, Idiana Tomazelli**

O agravamento da crise política e institucional, após as manifestações de teor antidemocrático no 7 de Setembro, deve escantear de vez a agenda econômica do ministro Paulo Guedes da pauta do Congresso Nacional. Os parlamentares vão centrar esforços na aprovação do Orçamento de 2022, que precisa ser votado para não comprometer a execução de despesas no ano que vem, mas a tarefa não será fácil. Economistas do mercado estimam que a proposta enviada pela equipe econômica tem um "buraco" de cerca de R\$ 70 bilhões.

O valor a descoberto inclui a ampliação do Bolsa Família, ainda sem espaço certo no Orçamento, a fatura adicional provocada pela repercussão da **inflação** maior sobre benefícios pagos pelo governo e negociações políticas, como a renovação da política de desoneração da folha para empresas e maior volume de emendas parlamentares.

A dúvida é quanto o Congresso vai abrir de espaço para novos gastos em ano eleitoral, o que provoca volatilidade adicional no mercado financeiro.

Segundo parlamentares, o governo dificilmente terá condições de conseguir aprovar na Câmara e no Senado prioridades da equipe econômica, como o projeto que muda o Imposto de Renda e as reformas administrativa e tributária.

Os ataques disparados pelo presidente Jair Bolsonaro, que defendeu inclusive o descumprimento de decisões do STF, empurraram partidos como MDB, Solidariedade, Cidadania, PSDB e PSD para uma postura mais refratária aos projetos do governo. Várias dessas legendas passaram a discutir o impeachment de Bolsonaro, e o PSDB anunciou que a partir de agora será oposição ao governo.

Sem essas siglas, será bem mais difícil o governo formar maioria para aprovar os projetos, mais ainda Propostas de Emenda à Constituição, que precisam de quórum de 3/5 para aprovação em dois turnos de votação.

São PECs a reforma administrativa e a proposta para mudar o pagamento de precatórios.

Mesmo sem parcelamento, uma PEC para resolver o "meteoro" de R\$ 89,1 bilhões em dívidas judiciais voltou como alternativa depois de Bolsonaro queimar a "ponte" para uma solução por meio do Judiciário.

O vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (PL-AM), afirma que o presidente da Casa, Arthur Lira (Progressistas-AL), "perde cartuchos" para aprovar as pautas de interesse do governo. "Diante de tantas trapalhadas e tanto descumprimento de compromissos por parte do governo, o presidente Lira, que até aqui tem usado todo o seu prestígio, vai perdendo os seus cartuchos para garantir sozinho as votações, que até hoje são total e exclusivamente fruto da liderança dele", diz. Para ele, o ano legislativo morreu para o governo após os atos do último feriado.

Com o cenário pós-manifestações, Ramos avalia se apresenta ou não uma PEC para retirar as despesas com precatórios do teto de gastos, a regra que limita o crescimento das despesas à **inflação**. O texto está praticamente pronto e daria uma folga de R\$ 20 bilhões ao governo, o que viabilizaria o Auxílio Brasil com um benefício médio de R\$ 300 como quer Bolsonaro.

Um termômetro do apoio ao governo poderá ser observado durante audiência na Câmara para debater a PEC dos precatórios, marcada para hoje, com a presença de integrantes do Ministério da Economia.

No Senado, onde o governo acumula derrotas, aliados do Palácio do Planalto fizeram um apelo ao presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), para que projetos da agenda econômica sejam pautados, como a reforma do Imposto de Renda e a privatização dos Correios.

Não houve, porém, compromisso com avanços.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

---

## A AGENDA ECONÔMICA NO LEGISLATIVO

---

### ● **PEC dos precatórios**

O governo precisa de solução para "meteoro" de R\$ 89,1 bilhões em dívidas judiciais previstas para serem quitadas em 2022, sob pena de não ter espaço para outras políticas em ano eleitoral. Solução via Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ficou mais difícil diante de embates entre o presidente Jair Bolsonaro e o STF.

### ● **Auxílio Brasil**

Versão turbinada do Bolsa Família, precisa sair do papel ainda neste ano para não esbarrar nas

limitações da lei eleitoral. No entanto, reajustes previstos nos benefícios dependem da solução dos precatórios.

### ● **Orçamento de 2022**

Única medida com maior chance de avançar, carrega, porém, dificuldades, como a própria fatura dos precatórios e a falta de espaço para o Auxílio Brasil.

### ● **Reforma do IR**

Aprovada na Câmara dos Deputados, deve enfrentar resistência no Senado e acumula críti-

cas de especialistas por distorcer ainda mais a tributação sobre a renda no País.

### ● **Reforma tributária**

Reúne mudanças para além do IR, também depende de maior consenso entre parlamentares, o que pode ser difícil em meio a ambiente político conturbado.

### ● **Reforma administrativa**

Muda as regras no serviço público, mas não foi aprovada nem na Câmara nem no Senado. Pode acabar perdendo força.

---

# Mercado teme novas manobras fiscais



Debete. Pacheco, presidente do Senado, ao lado de Guedes

**Idiana Tomazelli**

As recentes investidas do governo para alterar regras fiscais e acomodar gastos às vésperas da eleição têm ampliado a desconfiança de economistas e integrantes do mercado financeiro em relação à condução da política fiscal do País. Dentro da própria área econômica há a percepção de que algumas das propostas apresentadas têm fragilidades.

Fora do governo, técnicos que acompanham o Orçamento acompanham com preocupação a "escalada criativa" de manobras e veem a repetição do filme visto no governo Dilma Rousseff (PT), quando o excesso de artifícios fiscais colocou em descrédito a sustentabilidade das contas do País.

Nos últimos meses, a necessidade de fazer escolhas cada vez mais delicadas dentro do Orçamento diante da falta de espaço para políticas públicas tem encorajado iniciativas de arrecadar ou destinar recursos fora das regras fiscais, driblando o teto de gastos (a âncora fiscal que limita o avanço das despesas à **inflação**) ou até retirando despesas do Orçamento.

A mais recente delas foi a PEC dos precatórios, elaborada pela equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, que propõe um parcelamento dessas dívidas judiciais, estimadas em R\$ 89,1 bilhões para 2022 - um valor que, uma vez pago integralmente, inviabiliza o lançamento da ampliação do Bolsa Família,

promessa do governo Bolsonaro.

A PEC, porém, não é a única medida nessa direção. Em junho, o Congresso deu aval à lei de privatização da Eletrobras, que inclui previsão de que a empresa destine recursos para a revitalização de bacias hidrográficas de rios como São Francisco e Parnaíba. Técnicos de órgãos de controle afirmam que esse é um exemplo claro de despesa que, por ser política pública, precisaria estar no Orçamento - onde esbarraria no teto de gastos.

A execução por fora do Orçamento "facilita" a implementação da política.

Para técnicos dos órgãos de controle, essas são formas de viabilizar o financiamento de despesas do poder público por outras vias, mas acabam minando a unidade do Orçamento. Com isso, o movimento de buscar maior transparência e controle das despesas, deflagrado após as "pedaladas fiscais" que custaram o cargo de Dilma, "vai sendo esvaziado", segundo essas fontes.

'Por decreto'. Um dos idealizadores da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), até hoje um marco para a gestão das contas públicas, o economista José Roberto Afonso, professor do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), afirma que iniciativas recentes como a PEC dos precatórios e a própria lei sobre privatização da Eletrobras ferem um princípio da responsabilidade fiscal: receitas atípicas não devem financiar despesas típicas. "Credibilidade é um processo, e não se assegura por decreto", diz Afonso.

O economista Marcos Mendes, pesquisador do Insper e um dos integrantes da equipe que elaborou a emenda do teto de gastos, avalia que a regra passou na prova da pandemia ao mostrar a flexibilidade necessária às despesas de combate à crise sanitária, mas está sob risco diante do cenário delicado do Orçamento para 2022.

"Criou-se a ideia de que haveria muito espaço pelo descasamento de índices de **inflação**. E aí inflacionou a lista de desejos. Só que esse espaço foi diminuindo, e a lista de desejos não diminuiu." Nos cálculos de Mendes, o Congresso precisará acomodar mais R\$ 17 bilhões em despesas com benefícios previdenciários e assistenciais devido à **inflação** maior - o Orçamento foi enviado com parâmetros defasados.

Crítico do teto de gastos, o economista Fábio Terra, professor da Universidade Federal do ABC, reconhece que a regra tem um papel importante para a credibilidade das contas públicas, mas vê "ambiguidade" na política fiscal.

"O governo dribla o teto para preservar o teto. Então, a credibilidade da regra não está abalada, mas a condução da política, sim." O Ministério da Economia diz que "o respeito ao arcabouço de regras fiscais do Brasil sempre foi e continuará sendo o principal condutor das ações do governo".

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Especialistas debatem cenário econômico

Em meio ao aumento da crise entre os Poderes, pesquisadores do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV) vão traçar hoje, às 10 horas, as principais linhas do cenário econômico, em seminário online organizado em parceria com o Estadão.

Nos últimos meses, há uma piora das perspectivas para a economia. Um crescimento econômico acima do esperado no primeiro trimestre tinha fomentado projeções de bom desempenho no médio prazo, mas a combinação da estiagem, que pressiona a **inflação**, com a crise política vem jogando por terra essa possibilidade.

Segundo Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro, do Ibre/FGV, que detalhará as estimativas no seminário, a alta expressiva neste ano se deve mais a uma "recuperação cíclica", depois da queda de 4,1% no **PIB** de 2020, do que ao dinamismo da atividade.

Além de Silvia Matos, participarão do seminário os pesquisadores do Ibre/FGV Armando Castelar, coordenador da área de Economia Aplicada, e José Júlio Senna, chefe do Centro de Estudos Monetários. O III Seminário de Análise Conjuntural de 2021 do Ibre/FGV integra o ciclo de debates do instituto com o Estadão. A moderação será de Adriana Fernandes, jornalista do Estadão.

Inscrições no endereço  
[https://evento.fgv.br/analiseconjuntural\\_0909/](https://evento.fgv.br/analiseconjuntural_0909/).

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# O tom de Lira e Aras

**MARIANA MUNIZ, BRUNO GÓES E DIMITRIUS DANTAS**  
*politica@oglobo.com.br* BRASÍLIA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Mercado desaba após 7 de setembro

**VÍTOR DA COSTA, STEPHANEE TONDO E JOÃO  
SORIMA NETO**

Veja a matéria no site de origem:

<https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

**Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>**

# O sujeito do golpe é o chefe da Nação - MÍRIAM LEITÃO

**MÍRIAM LEITÃO**

Veja a matéria no site de origem:

<https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

**Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>**

# Após discurso, solução para precatórios emperra

**FERNANDA TRISOTTO, GERALDA DOCA E GABRIEL  
SHINOHARA**

Veja a matéria no site de origem:

<https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

**Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>**

# Citi reduz alta do PIB de 2022 para 1,5%

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187001?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187001?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187001?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187001?page=1&section=1)

# Empresários veem Bolsonaro mais isolado e retomada econômica distante

*Mônica Scaramuzzo De São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187001?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187001?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187001?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187001?page=1&section=1)

# Crise hídrica nos Andes ameaça economias da América do Sul

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187001?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187001?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187001?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187001?page=1&section=1)